



# ÍNDICE

<b>1 – Enquadramento legal</b>	<b>3</b>
1.1 – Normas Legais Aplicáveis	3
<b>2 – O Município de Porto de Mós</b>	<b>4</b>
2.1 – Vila, sede de Concelho	4
2.2 – Identificação	4
2.3 – Legislação	4
2.4 – Situação geográfica, população e constituição	4
2.5 – História (pequeno resumo)	5
2.6 – Economia (resumo das principais actividades)	5
2.7 – Estrutura Organizacional	6
<b>3 – Relatório e Contas de 2009</b>	<b>11</b>
3.1 – Introdução	11
3.2 – Objectivos Genéricos	12
<b>4 – Relatório de Gestão</b>	<b>12</b>
4.1 – Objectivos do Relatório de Gestão	12
4.2 – Análise da Execução Orçamental	13
4.3 – Recursos Humanos	25
4.4 – Apoio Social	29
<b>5 – Análise da Dívida</b>	<b>30</b>
5.1 – Análise da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo	30
5.2. – Evolução da Dívida no Triénio 2007 / 2009	31
<b>6 – Endividamento Municipal</b>	<b>32</b>
6.1 – Limites ao Endividamento Municipal	32
6.2 – Situação Face aos limites do Endividamento	33
6.3 - Cálculo da Capacidade de Endividamento	35
6. 4 – Rácios do Endividamento, Evolução no Triénio de 2007 a 2009	36
6.5 – Prazo Médio de Pagamentos, em dias	36
<b>7 – Execução das GOP's do Plano</b>	<b>37</b>
7.1 - Grau de Execução das Actividades Mais Relevantes	37
7.2 - Grau de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	37
7.3 – Resumo das Grande Opções do Plano	37
<b>8 - Indicadores Gerais da Actividade</b>	<b>38</b>
8.1- Evolução dos Indicadores da Actividade no Triénio de 2007 / 2009	38
<b>9 – Análise da Situação Económica e Financeira</b>	<b>40</b>

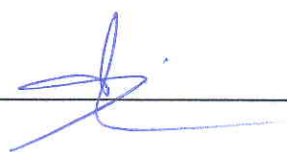


---

<b>9.1 – Balanço e Demonstração de Resultados</b>	<b>40</b>
<b>9.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados</b>	<b>42</b>
<i>10 – Proposta de Aplicação de Resultados</i>	<i>46</i>
<i>11 – Mapas Anexos ao Relatório de Gestão</i>	<i>- 47 -</i>

  
  
M. J. C. J. - 4

---

  
C. J. - 4 - 2 -



# PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO 2009

## 1 – ENQUADRAMENTO LEGAL

### 1.1 - Normas Legais Aplicáveis

Nos termos do disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 68º e alínea e) do nº 2 do artigo 64º, ambos da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os documentos de Prestação de Contas bem como o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva avaliação referente ao ano 2009, são aprovados pelos Membros do Executivo Municipal, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com a alínea c) do nº 2 do Artigo 53º da referida Lei.

Assim e nos termos do regulamentado no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), o Executivo Municipal apresenta os seguintes documentos de prestação de Contas:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados;
- Mapas de Execução Orçamental;
- Anexo às Demonstrações Financeiras; e
- Relatório de Gestão.

O Balanço reflecte a situação patrimonial da autarquia, num dado momento do tempo, 31 de Dezembro de 2009, mostrando os activos do Município (os recursos de que dispõe), os passivos (o que está em dívida) e os fundos próprios.

Por seu turno, a Demonstração de Resultados reflecte o desempenho económico da Autarquia discriminando a natureza dos proveitos obtidos, bem como a natureza dos gastos necessários à sua obtenção.

Os Mapas de Execução Orçamental, com o escopo de acompanhamento desta, são constituídos pelos seguintes anexos: Controlo Orçamental da Despesa; Controlo Orçamental da Receita; Fluxos de Caixa e Operações de Tesouraria.

Os anexos às demonstrações financeiras visam facultar aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações relatadas ou de outras situações com implicações financeiras relacionadas com o exercício em apreciação.

Por último, Relatório de Gestão, é um documento de prestação de contas que traduz, de forma sucinta, a execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano no ano financeiro de 2009.

Os documentos de prestação de contas são enviados ao Tribunal de Contas dentro do prazo legalmente fixado para o efeito, após a aprovação pelo Órgão Executivo,

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with numbers like '3' and '245' written next to them.*



independentemente da sua apreciação pelo Órgão Deliberativo.

A Resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas, publicada no D.R. n.º 191, II Série, de 18 de Agosto de 2001, determina ainda que os documentos de prestação de contas a apresentar pelas Autarquias Locais cujo movimento anual de receita seja igual ou superior a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública sejam acompanhados da seguinte documentação:

- Guia de remessa;
- Acta de reunião em que foi discutida e votada a conta;
- Norma de controlo interno e suas alterações;
- Síntese das reconciliações bancárias;
- Relação nominal de responsáveis.

Estando o Município de Porto de Mós obrigado ao cumprimento desta resolução os documentos de prestação de contas são elaborados em conformidade com a mesma.

## 2 – O MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS

### 2.1 – Vila, sede de Concelho

Porto de Mós constitui sede de um Município com o mesmo nome.

### 2.2 – Identificação

O Município de Porto de Mós tem sede na Praça da República, 2480-851 Porto de Mós, contribuinte fiscal n.º 505586401, telefone n.º 244 499600 e fax n.º 244 499601. Esta entidade visa através dos seus órgãos representativos (Executivo e Deliberativo), a prossecução de interesse próprios, comuns e específicos das populações do Concelho de Porto de Mós.

### 2.3 – Legislação

O Município rege-se pelas normas gerais e comuns aos restantes municípios que lhe confere as atribuições previstas na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, consubstanciada pelas competências estabelecidas na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

### 2.4 – Situação geográfica, população e constituição

Pertence ao distrito de Leiria, está inserido na zona geográfica designada por “Pinhal Litoral”, abrangendo um vasto território com uma área de 264,26 km<sup>2</sup>. Tem uma população de 25.153 habitantes (INE – “Anuário 2008”), distribuída por treze freguesias – Alqueidão da Serra, Alcaria, Alvados, Arrimal, Calvaria de Cima, Juncal, Mendiga, Mira de Aire, Pedreiras, Serro Ventoso, São Bento, São João, São Pedro.



## 2.5 – História (pequeno resumo)

Portus Molarum (porto das mós) parece ser o fundamento toponímico desta vila cuja origem é bastante remota, de acordo com os achados arqueológicos que atestam, por exemplo, a presença do povo romano por estas terras, constituindo-se o troço da Estrada Romana do Alqueidão da Serra como um itinerário obrigatório a percorrer, ilustrativo deste legado.

A “...vila forte...”, como Camões a designa na estância 16 do canto VIII d’ “Os Lusíadas”, está intrinsecamente associada à figura lendária de D. Fuas Roupinho, alcaide-mor do castelo desta terra. Fortaleza rara do género, em virtude dos seus cinco torreões, o castelo de Porto de Mós, cuja construção se prevê ser do século XII, evidencia uma arquitectura militar, de inspiração gótica e renascentista, mais tarde adaptada a paço senhorial.

Do património edificado é de destacar, ainda, as muitas igrejas e capelas que proliferam por todo o concelho, com destaque para a capela de São Jorge, do século XIV, mandada edificar por D. Nuno Álvares Pereira, como símbolo da batalha entre portugueses e castelhanos, a Igreja do Juncal, do século XVIII, ornada de painéis de azulejos fabricados na Real Fábrica de Cerâmica do Juncal, a frontaria da antiga Igreja da Misericórdia, do século XVI, a actual Igreja de São Pedro, antigo Convento do Bom Jesus, do século XVII, e a Igreja de São João que, apesar das várias intervenções, conserva um portal românico digno de nota.

Porto de Mós tem ainda a peculiaridade de aliar o património histórico ao património rural e natural. A sua localização geográfica, em pleno Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, conhecido pelas suas características geológicas, onde falhas, escarpas, afloramentos rochosos e grutas constroem uma paisagem agreste única, constitui um convite à descoberta, associando o turismo de natureza à prática de desportos ao ar livre.

## 2.6 – Economia (resumo das principais actividades)

### 2.6.1 – Indústria

Porto de Mós tem uma actividade industrial significativa e muito diversificada. Assume especial relevância a indústria extractiva da pedra e a sua transformação, mas outras indústrias com expressão significativa existem no Concelho, como a do fabrico da telha e outros produtos em barro vermelho, a construção civil, os têxteis e a metalomecânica. A indústria dos moldes, dos plásticos e outros de produtos sintéticos também marcam presença no Concelho e assumem uma importância especial pela sua forte componente tecnológica e carácter inovador.

A agricultura e a pecuária, não têm hoje o fulgor de outros tempos, mas são ainda actividades com uma expressão significativa em algumas zonas do Concelho. A produção de maçã e a suinicultura / bovinicultura são exemplos da tradição que se mantém.

### 2.6.2 – Comércio

O sector da distribuição e do pequeno comércio tradicional regista hoje dificuldades de vária ordem.

No âmbito do chamado comércio moderno, existem algumas superfícies comerciais de média dimensão no Concelho e estão outras em fase de abertura e de construção.



---

Existe ainda uma unidade comercial de grande dimensão em fase de licenciamento das suas instalações na área do Concelho.

### **2.6.3 – Turismo**

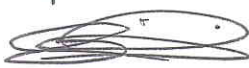
O Município de Porto de Mós, possui um vasto património histórico, natural e paisagístico. A par desta riqueza herdada do passado, tem sido preocupação deste Executivo Municipal preservar o património diversificado instalado e potenciar, na medida do possível, todas as condições locais apoiando as infra-estruturas existentes e encorajando novos investimentos na área.



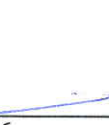
Porto de Mós situa-se junto de um dos principais eixos do turismo religioso e monumental. Esta posição geográfica aliada ao facto de possuir no seu território um Parque Natural, leva a região a beneficiar de sinergias geradoras de mais valias neste sector de actividade e a fundamentar expectativas animadoras quanto ao futuro desta indústria na área do Município.

## **2.7 – Estrutura Organizacional**

### **2.7.1 - Estrutura dos Serviços da Câmara Municipal**

A estrutura organizacional actual da Câmara Municipal de Porto de Mós foi aprovada pela Assembleia Municipal em Sessão Ordinária realizada a 30 de Abril de 2004.

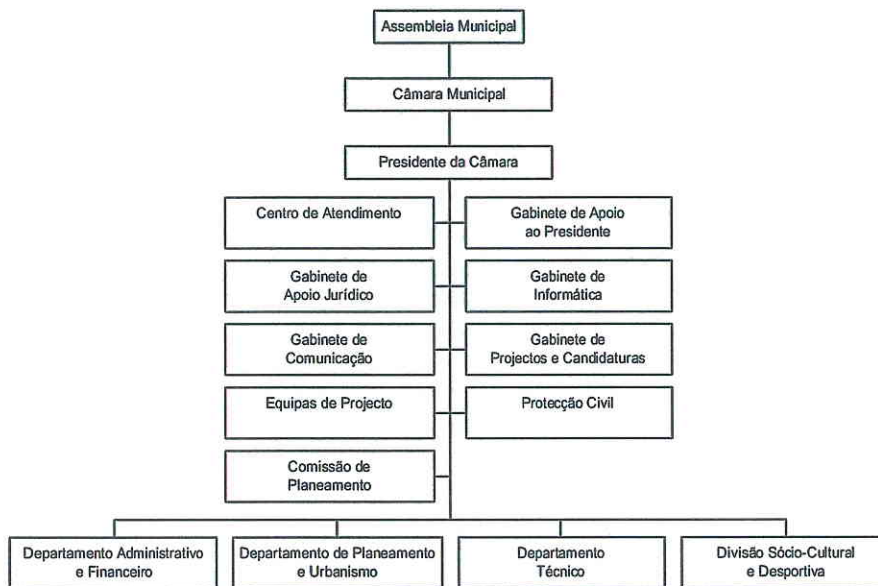
NCS-  
  
CT-9

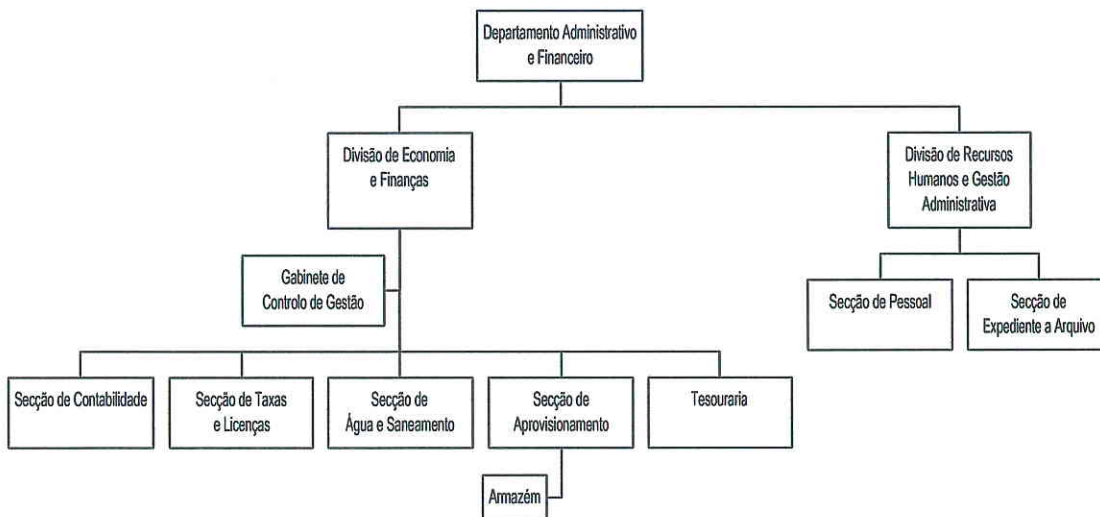
---



### Organigrama

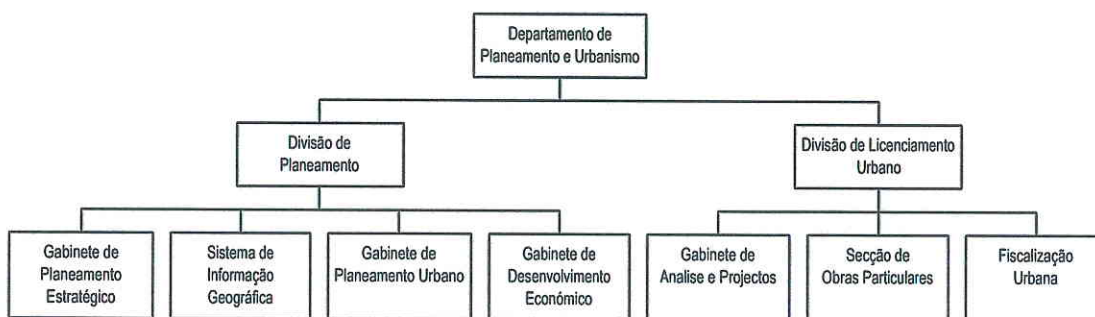


**Imagem 1:** Organigrama Geral da Câmara Municipal de Porto de Mós

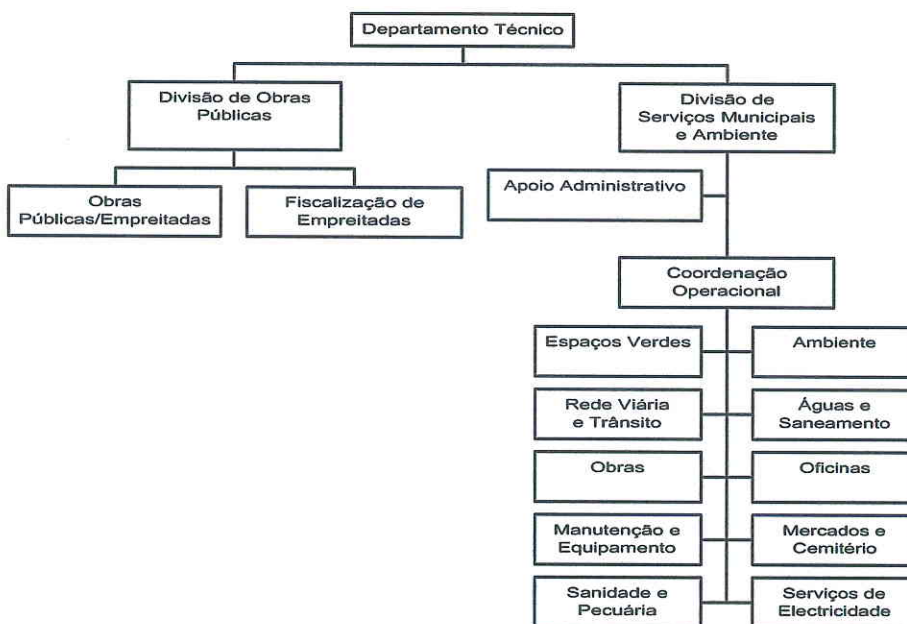


**Imagem 2:** Organigrama do Departamento Administrativo e Financeiro

WCS-  
[Handwritten signatures and initials]



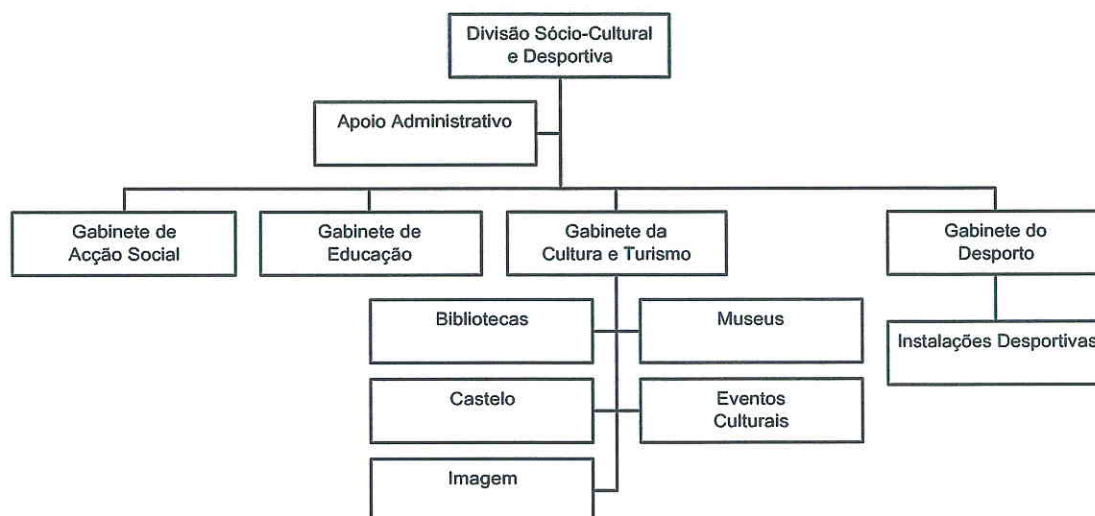
**Imagem 3:** Organigrama do Departamento de Planeamento e Urbanismo



**Imagem 4:** Organigrama do Departamento Técnico

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones to the right.





**Imagem 5:** Organograma da Divisão Sócio-Cultural e Desportiva

### 2.7.2 - Descrição Sumária das Actividades

É atribuição dos Municípios e nos termos do artigo 13º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, o desenvolvimento de actividades que estão associadas à satisfação das necessidades das populações nos seguintes domínios:

- a) Equipamento Rural e Urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e Comunicações;
- d) Educação;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos Livres e Desporto;
- g) Saúde;
- h) Acção Social;
- i) Habitação;
- j) Protecção Civil;
- k) Ambiente e Saneamento Básico;
- l) Defesa do Consumidor;
- m) Promoção do Desenvolvimento;
- n) Ordenamento do Território e Urbanismo;
- o) Policia Municipal;
- p) Cooperação Externa.

A capacidade de intervenção dos Municípios no desenvolvimento apoia-se nas competências atrás referidas e nos meios financeiros definidos e consagrados na Lei nº 42/98, de 6 de Agosto – Lei das Finanças Locais, actualmente revogada pela Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



### 2.7.3 – Órgão Executivo

No período compreendido entre 01/01/2009 a 28/10/2009 o Órgão Executivo foi composto por:

Presidente – João Salgueiro;

Vereador a Meio Tempo – Albino Pereira Januário;

Vereador a Tempo Inteiro – Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves;

Vereador a Tempo Inteiro – Jorge Manuel Vieira Cardoso;

Vereador – António José Jesus Ferreira;

Vereador – Irene Maria Cordeiro Pereira;

Vereador – João José Conceição Almeida.

No período compreendido entre 28/10/2009 a 31/12/2009 o Órgão Executivo foi composto por:

Presidente – João Salgueiro;

Vereador a Tempo Inteiro – Albino Pereira Januário;

Vereador a Tempo Inteiro – Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves;

Vereador a Tempo Inteiro – Anabela dos Santos Martins;

Vereador a Meio Tempo – Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo;

Vereador – Júlio João Carreira Vieira;

Vereador – Luís Manuel Coelho de Almeida.

### 2.7.4. – Organização Contabilística

O regime contabilístico adoptado é o do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL.

Nesta Autarquia Local o sistema informático adoptado é o SCA – Sistema de Contabilidade Autárquica. É uma aplicação informática que possibilita o processamento do POCAL, em respeito pelo disposto no Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro e foi fornecido pela AIRC (Associação Informática do Centro) e integra designadamente:

- Contabilidade Orçamental e Patrimonial;
- Permite o controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspectiva de caixa e de compromissos.
- Cumpre, a nível dos documentos previsionais, os princípios orçamentais e a disponibilização de informação sobre a situação patrimonial da Autarquia Local.

- 10 -



### 3 - RELATÓRIO E CONTAS 2009

#### 3.1 – Introdução

O acto de prestar contas é um dos mais nobres na vida das Organizações. Este acto adquire ainda mais significado quando se trata de uma Instituição cuja missão é a satisfação das necessidades da população do concelho e a criação de condições para o desenvolvimento sustentável do Município de Porto de Mós.

Prestar contas é o momento de “abrir o livro”, de dar hipótese aos destinatários da informação que tenham leituras diferentes sobre a mesma realidade. É a ocasião de relatarmos os factos que motivaram as opções tomadas, de expormos o nosso pensamento sobre os mesmos e os impactos dos seus efeitos.

O presente relatório de 2009 não reflecte variações significativas face ao que havia sido planeado e perspectivado. O ano decorreu sem a ocorrência de situações excepcionais relevantes que justifiquem ser aqui salientadas.

Todavia, é de referir a existência de eleições autárquicas, em 11 de Outubro de 2009, as quais decorreram dentro do calendário previsto e num contexto de perfeita normalidade, facto que, por força da lei, origina sempre um certo arrefecimento na dinâmica das acções do Executivo nos períodos imediatamente antes e após o acto eleitoral.

O Executivo actual, eleito nessas eleições de Outubro de 2009 e após a sua tomada de posse em 28.10.2009, deu de imediato sequência às acções em curso e que haviam sido iniciadas e desenvolvidas após o início do presente exercício em Janeiro de 2009, mantendo assim as grandes linhas de orientação do Executivo anterior.

O plano estratégico de curto médio e longo prazo traçado em finais de 2005 foi, assim, continuado e, até mesmo, reforçado em 2009. A orientação central desse plano consistiu, e consiste, na prossecução de medidas tendentes à contenção e redução das despesas correntes menos essenciais, por um lado, e ao aumento do esforço financeiro no domínio dos investimentos em áreas estruturantes da vida social e económica do nosso Concelho, por outro lado. Apesar disso, a execução deste plano estratégico não pôs em causa, mais uma vez, a capacidade do Município para responder, com eficiência e qualidade, à prestação de serviços essenciais à População, nomeadamente àqueles que se encontram na área das suas atribuições e competências legais.

Em síntese, e sem prejuízo de uma análise mais detalhada dos elementos expressos nas páginas seguintes, podemos afirmar que o exercício de 2009 decorreu sem sobressaltos e em obediência à execução das medidas contidas no Plano de Actividades inicialmente aprovadas. Na análise de gestão decorrente dos valores seguintes, é imperioso ter presente a necessidade que houve de responder prontamente a oportunidades e solicitações inesperadas geradas por uma envolvente contextual dinâmica inerente à própria vida da Autarquia.

Sabemos que não fizemos tudo neste exercício de 2009, mas sabemos também que o nosso empenhamento foi total e que os resultados obtidos foram os possíveis no ambiente interactivo de dificuldades que atravessamos. O nosso pensamento esteve sempre focalizado no presente e, sobretudo, no futuro do Concelho.



### 3.2 – Objectivos Genéricos

Os objectivos traçados para este ano foram, de um modo geral, atingidos pelo Executivo.

- O desenvolvimento integrado equilibrado e sustentado foi, mais uma vez, prosseguido.
- O investimento realizado em várias áreas voltou a subir face a exercícios anteriores.
- O conjunto de obras infraestruturais projectadas e candidatas ao QREN aumentou.
- A despesa corrente manteve-se dentro dos limites definidos visando a contenção.
- Os apoios concedidos e os serviços essenciais, prestados a várias Entidades e à População, mantiveram-se ao nível dos concedidos em anos anteriores e, nalguns casos, foram mesmo reforçados.
- A situação económica e financeira do Município consolidou-se.
- A capacidade de endividamento do Município dilatou-se.
- O apoio do Estado recebido e destinado a investimentos na Autarquia voltou a subir
- A receita corrente gerada na Autarquia desceu, fruto do arrefecimento na economia nacional e no Concelho.

## 4 – RELATÓRIO DE GESTÃO

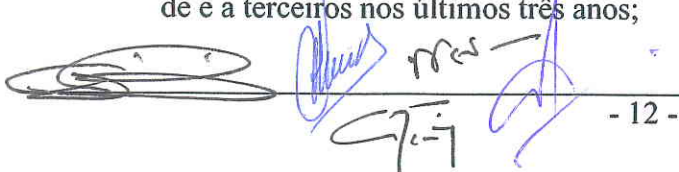
### 4.1– Objectivos do Relatório de Gestão

O presente relatório, traça as linhas de orientação e síntese da actividade desenvolvida e tem por objectivo:

a) Apresentar a situação económica relativa ao exercício analisando os níveis de execução conseguidos nos domínios das receitas e das despesas, bem como a evolução da gestão nos diversos sectores de actividade, designadamente no que diz respeito ao investimento;

b) Analisar a situação financeira da Autarquia Local com a apresentação de indicadores de gestão apropriados;

c) Analisar a evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de e a terceiros nos últimos três anos;



- 12 -



d) Apresentar uma proposta para a aplicação do resultado líquido do exercício;

#### 4.2– Análise da Execução Orçamental

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do ano 2009 obtiveram aprovação da Câmara Municipal em 04/12/2008 e na sessão da Assembleia Municipal em 19/12/2008.

No presente sub capítulo é feita a análise do controlo orçamental e do desempenho da Receita e da Despesa

##### 4.2.1 – Controlo Orçamental

###### 4.2.1.1 – Modificações Orçamentais

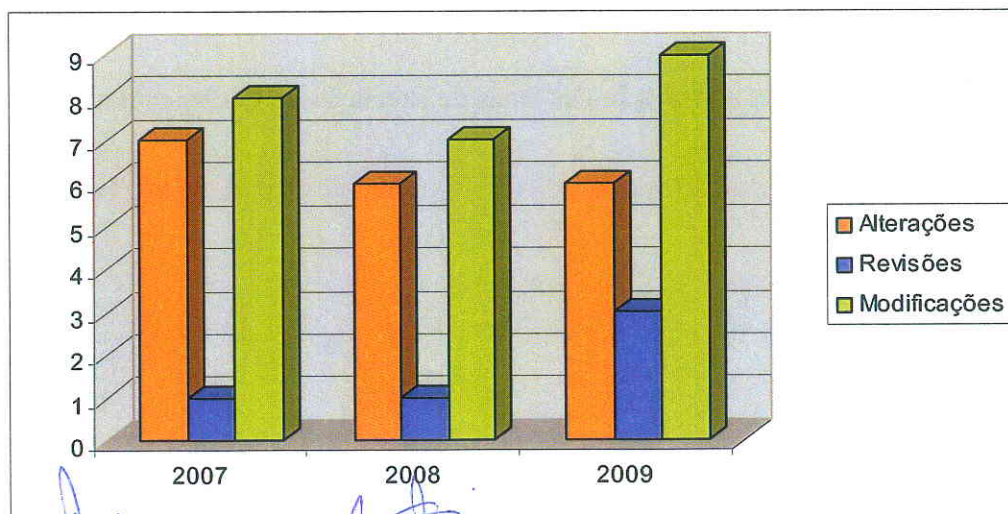
Durante o ano 2009 efectuaram-se 9 Modificações Orçamentais, sendo 6 alterações e 3 revisões. As Modificações Orçamentais são constituídas por alterações e revisões.

As alterações efectuadas destinaram-se ao reforço de dotações das GOP's e do Orçamento de Despesa.

Das revisões efectuadas a 1ª destinou-se à inclusão nas GOP's, do projecto de investimento não previsto inicialmente a quando da elaboração do Orçamento da Construção da Extensão de Saúde do Juncal, com a correspondente inscrição da receita decorrente da assinatura do Contrato-Programa com o Ministério da Saúde. A 2ª revisão decorreu da assinatura do Contrato de Execução de Transferências de Competências para os Municípios em Matéria de Educação e a 3ª revisão efectuada destinou-se à inclusão do Saldo da Gerência Anterior de 2008.

O quadro e gráfico seguintes revelam a evolução das modificações orçamentais.

Anos	Alterações		Revisões	Modificações
	Orçamento	PPI		
2006	8	8	2	10
2007	7	7	1	8
2008	6	6	1	7
2009	6	6	3	9





## 4.2.2– Execução Orçamental da Receita e da Despesa

### 4.2.2.1– Exercício de 2009 vs Orçamento de 2009

A comparação entre o Orçamento Inicial, o Orçamento corrigido ou Final e o Orçamento Executado, permite conhecer os desvios aos valores previstos e as variações ocorridas.

Analisando o quadro seguinte e comparando os valores previstos no Orçamento com os montantes executados da receita e da despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, e bem assim a taxa de execução dos vários tipos de receita e da despesa. Em termos totais a taxa de execução da receita fixou-se em 63,61 %, enquanto que a taxa de execução da despesa total ascendeu aos 63,56%.

Estes valores traduzem assim a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, sendo que a taxa referente às despesas refere-se a valores pagos, enquanto que no caso da receita são valores efectivamente recebidos.

Un.: Euros

2009					
Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução (Receita arrecadada e Despesa Paga)	Desvio (Executado - Final)	Taxa Execução
<b>Receita:</b>					
- Corrente	14.298.892,00	15.148.892,00	13.079.729,60	- 2.069.162,40	86,34%
- Capital	10.633.599,00	12.437.599,00	4.470.436,92	- 7.967.162,08	35,94%
- Out Receitas		36.124,48	21.210,50	-14.913,98	58,72%
<b>Total</b>	<b>24.932.491,00</b>	<b>27.622.615,48</b>	<b>17.571.377,02</b>	<b>- 10.051.238,46</b>	<b>63,61%</b>
<b>Despesa:</b>					
- Corrente	12.449.966,00	14.289.590,00	11.315.440,08	- 2.974.149,92	79,19%
- Capital	12.482.525,00	13.333.025,48	6.241.424,51	- 7.091.600,97	46,81%
<b>Total</b>	<b>24.932.491,00</b>	<b>27.622.615,48</b>	<b>17.556.864,59</b>	<b>- 10.065.750,89</b>	<b>63,56%</b>

### 4.2.2.2 – Taxas de Execução Orçamental no Triénio de 2007/2009

O quadro seguinte reflecte a evolução das taxas de execução do Orçamento nos últimos 3 anos.



Un.: Euros

Taxas de Execução			
Designação	Ano 2007	Ano 2008	Ano 2009
<b>Receita:</b>			
-Corrente	88,10%	81,17%	86,34%
-Capital	55,99%	35,69%	35,94%
-Outras Receitas	99,46%	94,70%	58,72%
<b>Totais</b>	<b>77,46%</b>	<b>63,09%</b>	<b>63,61%</b>
<b>Despesa:</b>			
-Corrente	86,22%	79,25%	79,19%
-Capital	61,13%	46,20%	46,81%
<b>Totais</b>	<b>76,58%</b>	<b>63,00%</b>	<b>63,56%</b>

No campo das receitas, verifica-se que a sua cobrança registou um desempenho bastante aceitável, nomeadamente ao nível das receitas correntes que atingiram 13.079.729,60 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 86,34 %. As receitas de capital registaram um desempenho menos positivo tendo-se cobrado 4.470.436,92 euros, representando uma taxa de execução de 35,94%.

Quanto ao agregado da despesa, constata-se que as despesas correntes tiveram um nível de execução de 79,19%, enquanto que as despesas de capital apresentaram uma taxa de execução de 46,81%.

Wca →



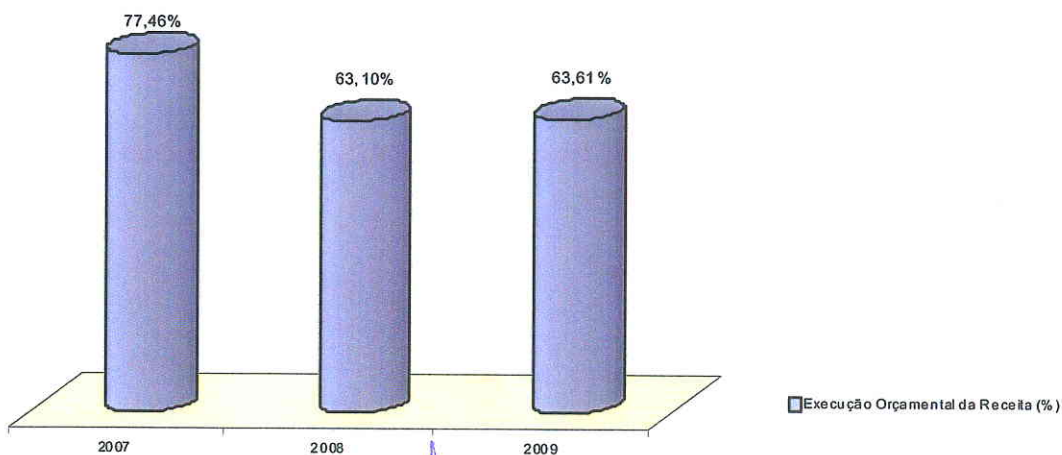
### 4.2.2.3 – Execução Orçamental da Receita

A estrutura e execução da Receita do ano 2009, encontram-se apresentadas no quadro abaixo.

Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobr. Brutas	Grau Exec. Receita (%)
Impostos directos	2.746.432,00 €	2.993.165,96 €	108,98%
Impostos indirectos	188.455,00 €	129.082,95 €	68,50%
Taxas, multas e outras penalidades	309.833,00 €	284.809,23 €	91,92%
Rendimentos da propriedade	1.372.500,00 €	929.529,39 €	67,73%
Transferências correntes	6.636.307,00 €	6.380.992,38 €	96,15%
Venda de bens e serviços correntes	3.826.100,00 €	2.338.705,05 €	61,13%
Outras receitas correntes	69.265,00 €	23.444,64 €	33,85%
Venda de bens de investimento	1.072.008,00 €	329.677,14 €	30,75%
Transferências de capital	8.704.321,00 €	3.484.608,51 €	40,03%
Activos Financeiros	5.000,00 €	- €	0,00%
Passivos financeiros	2.581.270,00 €	656.151,27 €	25,42%
Outras receitas de capital	75.000,00 €	- €	0,00%

Nota: Valor percentual calculado relativamente às Receitas Cobradas Brutas

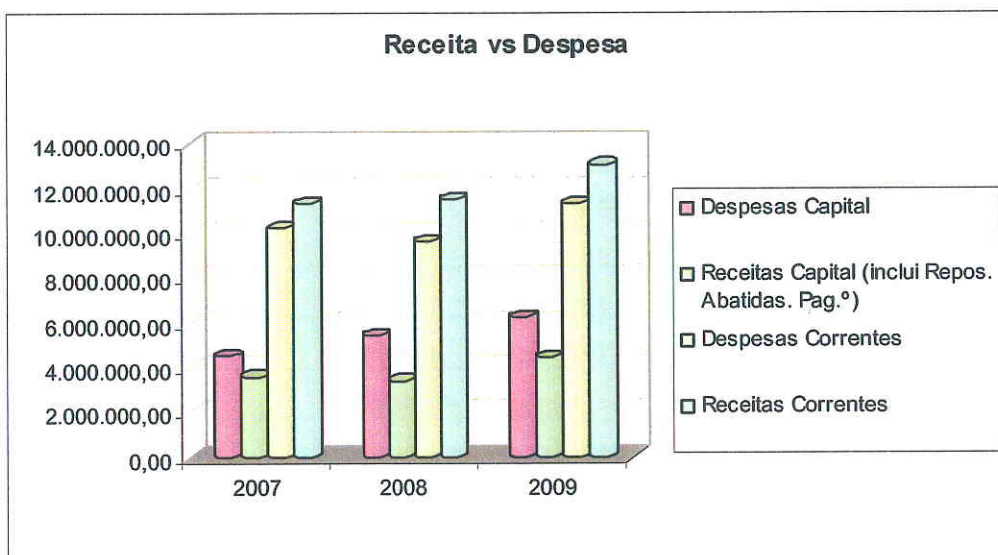
Execução Orçamental da Receita (%)







O gráfico que a seguir se apresenta permite fazer uma análise comparativa da estrutura e respectiva evolução, da receita e da despesa no período 2007 a 2009.

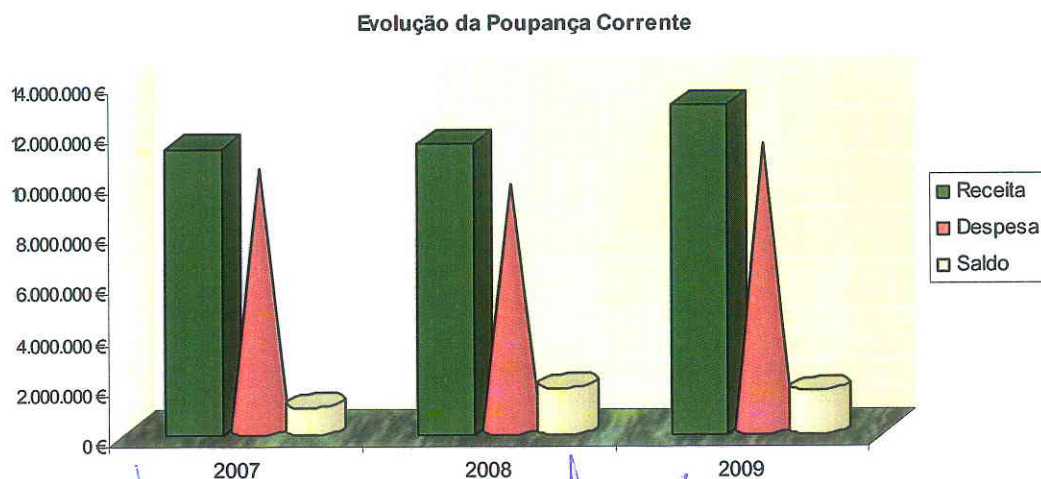


O princípio do equilíbrio orçamental consagrado na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, determina que “O orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”.

Esta norma manteve-se presente na execução orçamental desenvolvida pela Autarquia, resultando numa evolução contínua e sustentada das contas nos últimos três anos, uma vez que as receitas correntes superam as despesas correntes, traduzindo uma situação favorável.

Da execução orçamental resultou uma poupança corrente efectiva de 1.764.289,52 euros, valor destinado a financiar 28,27 % das despesas de capital.

O gráfico abaixo ilustra o esforço de poupança ao longo do triénio de 2007 / 2009



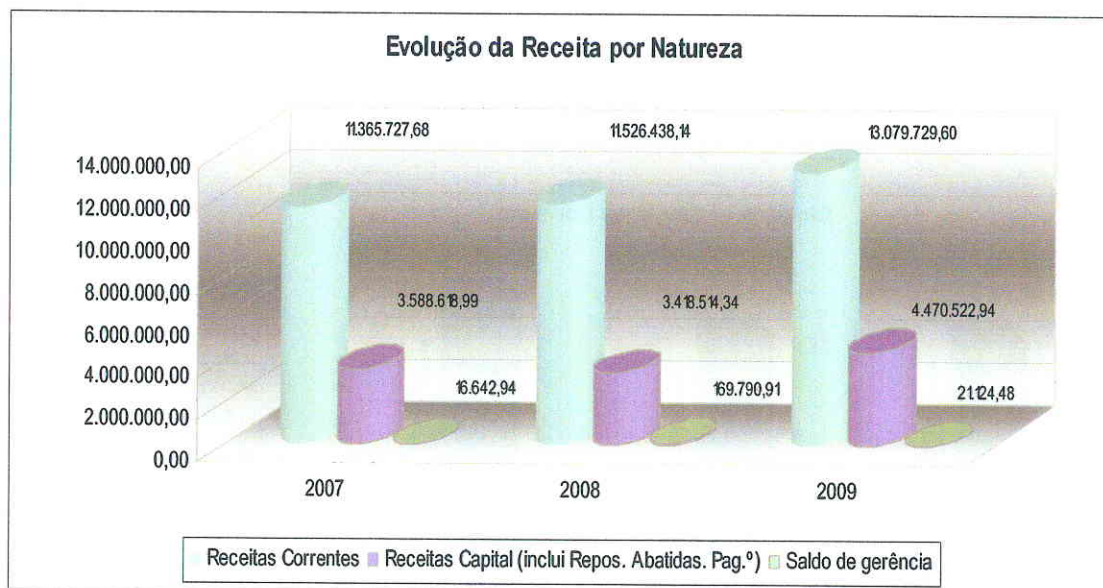
*[Handwritten signatures and notes]*  
252



### 4.2.3 – Evolução da Receita e da Despesa

#### 4.2.3.1 – Evolução da Receita por Natureza

DESIGNAÇÃO	Receita Cobrada Bruta			Taxa Variação de 2009 em relação a 2007	Taxa Variação de 2009 em relação a 2008
	2007	2008	2009		
Impostos directos	2.617.453,33	2.594.915,27	2.993.165,96	14,35	15,35
Impostos indirectos	214.696,23	197.149,12	129.082,95	-39,88	-34,53
Taxas, multas e outras penalidades	325.092,19	298.585,08	284.809,23	-12,39	-4,61
Rendimentos da propriedade	816.215,40	907.574,91	929.529,39	13,88	2,42
Transferências correntes	5.097.820,61	5.118.092,63	6.380.992,38	25,17	24,68
Venda de bens e serviços correntes	2.275.547,15	2.388.541,62	2.338.705,05	2,78	-2,09
Outras receitas correntes	18.902,77	21.579,51	23.444,64	24,03	8,64
Venda de bens de investimento	268.021,57	139.951,01	329.677,14	23,00	135,57
Transferências de capital	2.842.102,65	2.858.114,05	3.484.608,51	22,61	21,92
Activos financeiros	-	-	-	0,00	0,00
Passivos financeiros	477.590,00	347.428,41	656.151,27	37,39	88,86
Outras receitas de capital	-	72.553,69	-	0,00	-100,00
Reposições não abatidas nos pagamentos	904,77	467,18	86,02	-90,49	-81,59
Saldo da gerência anterior	16.642,94	169.790,91	21.124,48	26,93	-87,56
<b>TOTAL</b>	<b>14.970.989,61</b>	<b>15.114.743,39</b>	<b>17.571.377,02</b>		





#### 4.2.3.1.1 – Evolução da Receita Corrente

	2007	2008	2009
DESIGNAÇÃO	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS
Impostos directos	2.617.453 €	2.594.915 €	2.993.166 €
Impostos indirectos	214.696 €	197.149 €	129.083€
Taxas, multas e outras penalidades	325.092 €	298.585 €	284.809€
Rendimentos da propriedade	816.215 €	907.575 €	929.529 €
Transferências correntes	5.097.821 €	5.118.093 €	6.380.992 €
Venda de bens e serviços correntes	2.275.547 €	2.388.542 €	2.338.705 €
Outras receitas correntes	18.903 €	21.580 €	23.445 €
<b>Receita Corrente (Total)</b>	<b>11.365.727€</b>	<b>11.526.439€</b>	<b>13.079.729€</b>

As receitas correntes atingiram em 2009, o montante de 13.079.729,60 euros e foram alimentadas sobretudo pelos Impostos Directos (Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), Imposto Municipal sobre Veículos e Imposto Municipal sobre as Transacções Onerosas Imóveis (I.M.T.)), pela Venda de Bens e Serviços Correntes e pelas transferências correntes. O valor das transferências correntes contém as receitas provenientes sobretudo das transferências do Orçamento de Estado (FEF, FSM e participação IRS) e da transferência de competências para o Município em matéria de educação e acção social. Em 2009 o aumento de receita registado em relação ao ano de 2008 é relativo aos custos com o pessoal não docente transferido para a competência do município a partir de 01/03/2009.

#### 4.2.3.1.2 – Evolução da Receita de Capital

	2007	2008	2009
DESIGNAÇÃO	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS
Venda de bens de investimento	268.022 €	139.951 €	329.677€
Transferências de capital	2.842.103 €	2.858.114 €	3.484.609€
Activos financeiros	- €	- €	- €
Passivos financeiros	477.590 €	347.428 €	656.151€
Outras receitas de capital	- €	72.554 €	-€
<b>Receita Capital (Total)</b>	<b>3.587.715€</b>	<b>3.418.047€</b>	<b>4.470.437€</b>

No que se refere à Receita de Capital, mais concretamente às “*Transferências de Capital*”, as taxas de execução cifraram-se em valores bastante abaixo do que estava previsto e do que era desejável. Desenvolveram-se projectos e iniciaram-se obras em 2009 previsivelmente apoiadas pelo programa QREN. Por razões diversas, este programa de ajudas financeiras sofreu atrasos significativos na apreciação e validação de candidaturas, o que provocou adiamento quanto ao recebimento dos respectivos financiamentos, como é o caso por exemplo da obra em curso “Casa da Cultura de Mira de Aire”.



De seguida apresenta-se um quadro identificativo das candidaturas aprovadas e submetidas à data de 31 de Dezembro de 2009.

<b>Candidaturas do Município apresentadas ao Programa QREN Situação em 31-12-2009</b>		
<b>Designação do Projecto</b>	<b>Programa</b>	<b>Financiamento</b>
<b>Candidaturas Aprovadas</b>		
Requalificação das Antigas Piscinas Municipais para Espaço Jovem	Feder	226.473,52
Centro Municipal de Protecção Civil	Feder	134.564,00
Plano De Emergência de Porto de Mós	Feder	12.600,00
Requalificação da Praça Arménio Marques	Prime	14.281,13
Recuperação da Praça da República - P. Mós	Leader	43.400,00
<b>Candidaturas Submetidas</b>		
Construção da Extensão de Saúde do Juncal	Feder	245.000,00
Construção do Polo Educativo de S. Bento	Feder	157.829,00
Ampliação da Escola Básica de S. Jorge	Feder	114.986,90
<b>Porto de Mós no Centro dos Encantos</b>		
<ul style="list-style-type: none"><li>• Requalificação das Ruas 5 de Outubro/ Mestre de Avis</li><li>• Requalificação da Avenida da Liberdade /Rua Adriano Carvalho</li><li>• Requalificação da Alameda Afonso Henriques</li><li>• Requalificação da Frente Ribeirinha do Rio Lena / recuperação das Estruturas Ecológicas</li><li>• Requalificação da Av. Santo António /Dr. Francisco Sá Carneiro</li><li>• Reformulação de Ecopontos e RSU</li><li>• Acções de Dinamização do Comércio e Turismo</li></ul>	Feder	766.441,48
Casa da Cultura de Mira de Aire	Feder	1.265.365,00
Construção do Parque da Vila de Porto de Mós	Feder	1.041.239,00
Construção da Ecopista	Feder	316.308,00
Parque Industrial 3ª Fase	Feder	534.995,00
Saneamento de Mira de Aire	Programa Operacional Temático Valorização do Território (Feder e Fundo de Coesão)	1.193.293,00
<b>Total</b>		<b>6.066.776,03</b>

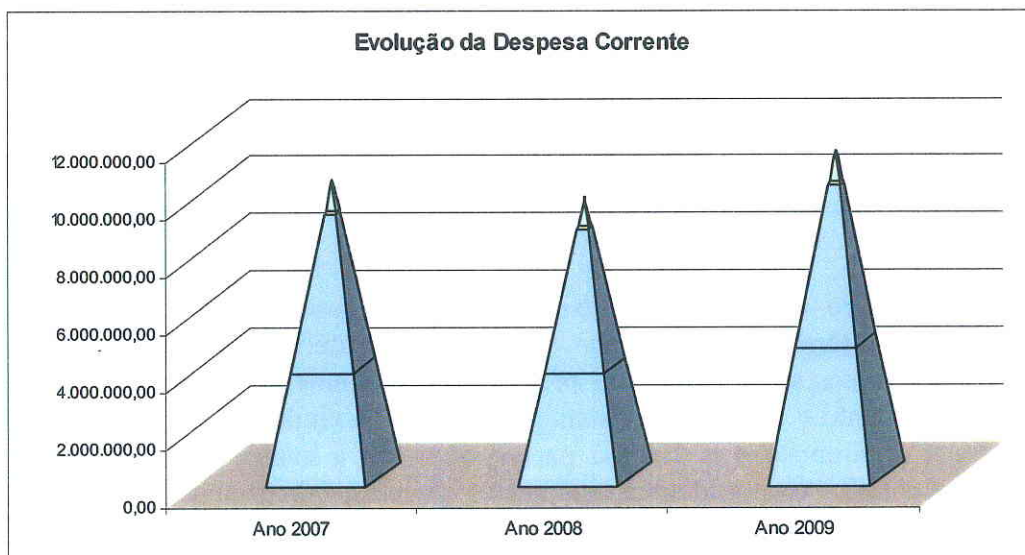
#### 4.2.3.2 – Evolução da Despesa por Natureza

##### 4.2.3.2.1 – Evolução da Despesa Corrente

O quadro seguinte mostra a evolução da despesa corrente no triénio de 2007/2009, evidenciando a execução orçamental numa “óptica de caixa”



Evolução Despesas Correntes	Ano 2007	Ano 2008	Ano 2009
01 - Pessoal	3.823.194,22	3.811.517,51	4.671.242,84
02 - Aquisição de Bens e Serviços	5.325.615,30	4.798.237,88	5.459.351,69
03 - Juros e Outros Encargos	89.726,13	127.210,15	144.857,37
04 - Transferências Correntes	828.066,51	816.019,16	849.445,14
05 - Subsídios			
06 - Outras Despesas Correntes	195.979,08	100.731,57	190.543,04
<b>Total</b>	<b>10.262.581,24</b>	<b>9.653.716,27</b>	<b>11.315.440,08</b>



A despesa com pessoal registou um acréscimo resultante dos encargos decorrentes da assinatura do Contrato de Execução de Transferências de Competências para os Municípios em Matéria de Educação com efeitos a 1/03/2009, no montante aproximado de 738.473,00 Euros.

A evolução registada na despesa corrente, nomeadamente no capítulo da aquisição de bens e serviços, reflecte também a preocupação séria que este executivo tem tido na sua realização. No entanto, existem despesas desta natureza em que é muito difícil, ou mesmo impossível, a sua redução, como é o caso dos serviços básicos prestados pelo Município, nos domínios da educação escolar, da água, do saneamento e da recolha e tratamento dos RSU's, conforme evidenciado no seguinte quadro.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

**Rubricas com maior peso no conjunto da despesa corrente e sua evolução**

Fornecedores	Tipo de Serviço ou Produto	Valor Pago (Euros)			Taxa Variação 2008/2009
		2007	2008	2009	
Suma, Sa	Limpeza Higiene Urbana	686.348,18 €	568.001,59 €	628.662,56 €	10,7%
EDP Universal, Sa	Electricidade	797.516,71 €	863.725,96 €	895.329,12 €	3,7%
Valorlis, Sa	Tratamento Resid. Sólidos	306.839,95 €	253.202,76 €	298.122,61 €	17,7%
Simlis, Sa	Trat. Efluentes Urbanos	372.932,44 €	261.107,83 €	334.716,82 €	28,2%
Repsol Portuguesa Sa	Fornecimento Combústivel	180.161,14 €	184.086,94 €	152.769,80 €	-17,0%
Associação Desportiva Portomosense	Fornecimento Almoços e Prolongamentos e Transportes	370.340,63 €	273.645,80 €	444.869,50 €	62,6%
Rodoviária do Tejo	Transporte de Alunos	278.676,99 €	204.294,49 €	313.859,10 €	53,6%
Águas do Lena	Fornecimento de Água	43.170,25 €	36.929,05 €	79.400,14 €	115,0%
EPAL	Fornecimento de Água	244.150,79 €	213.985,76 €	206.926,00 €	-3,3%
C.T.T.	Avença e Enc. Cob. Água	51.880,97 €	54.040,51 €	86.331,32 €	59,75%
<b>Total</b>		<b>3.332.018,05 €</b>	<b>2.913.020,69 €</b>	<b>3.440.986,97 €</b>	<b>18,12%</b>

Da análise do quadro verifica-se que existem despesas correntes em que esse combate se mostra infrutífero, a avaliar, por exemplo, pelo défice de exploração acentuado no que respeita aos serviços básicos prestados pelo Município, sobretudo os referentes à água, saneamento e à recolha e tratamento de lixo. A tendência das receitas nestas áreas é para a diminuição e a despesa para o aumento a avaliar pelos dados constantes do quadro anterior com aumentos nos custos directos, por exemplo com as empresas, Suma, S.A., Valorlis, S.A., Simlis, S.A. e Águas do Lena.

A análise a seguir apresentada permite verificar o esforço financeiro desenvolvido pela Autarquia, nestas áreas de intervenção e no cumprimento das suas atribuições, demonstrando-se o custo social suportado no ano 2009, tendo por base os custos apurados no estudo de sustentabilidade económico efectuado pela Empresa Intersismet, S.A.

**Conta Exploração de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos**

1. Receita	Anos				
	2007	2008	2009	Tx. Var. 07-08	Tx. Var. 08-09
Água facturada ao consumidor	1.239.838,77 €	1.321.797,14 €	1.240.457,78 €	6,61%	-6,15%
Saneamento	96.455,69 €	115.941,11 €	112.768,30 €	20,20%	-2,74%
Resíduos sólidos	408.346,50 €	468.901,10 €	435.778,05 €	14,83%	-7,06%

2. Despesa	Custos Imputados ao serviço, conforme estudo apresentado pela empresa Intersismet em 2009			
	Custos Directos	Custos Indirectos	Deprec. (Invest.)	Custo Total
2.1 Água	916.162,71 €	630.719,00 €	958.621,00 €	2.505.502,71 €
2.2 Saneamento	831.684,48 €	572.561,60 €	869.162,50 €	2.273.408,58 €
2.3 Resíduos Sólidos	1.195.993,79 €	823.365,26 €	10.000,00 €	2.029.359,05 €

Custo Social / ano, suportado pelo Município, face ao estudo efectuado – Águas	1.265.044,93 €	101,98%
Custo Social / ano, suportado pelo Município, face ao estudo efectuado – Saneamento	2.160.640,28 €	1916,00%
Custo Social / ano, suportado pelo Município, face ao estudo efectuado - Resíduos Sólidos	1.593.581,00 €	365,69%

**4.2.3.2.2 – Evolução da Despesa de Capital**

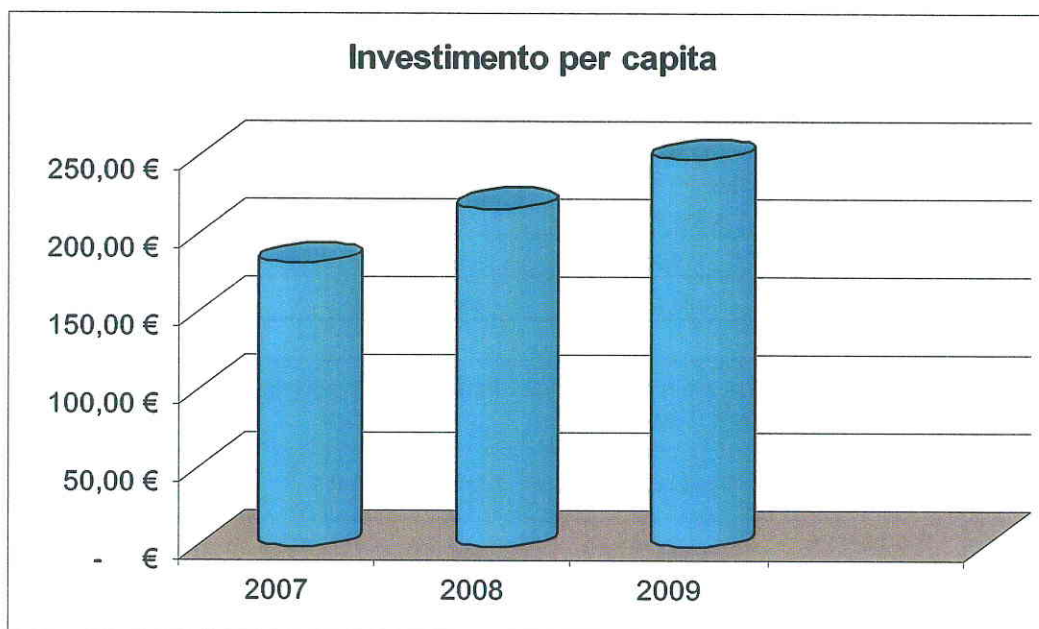
O aumento constante do investimento ao longo dos últimos três anos é o resultado concreto de um dos objectivos do Executivo Municipal desde a sua tomada de posse.

O quadro e o gráfico seguintes ilustram inequivocamente o esforço dispendido na busca da meta pretendida.

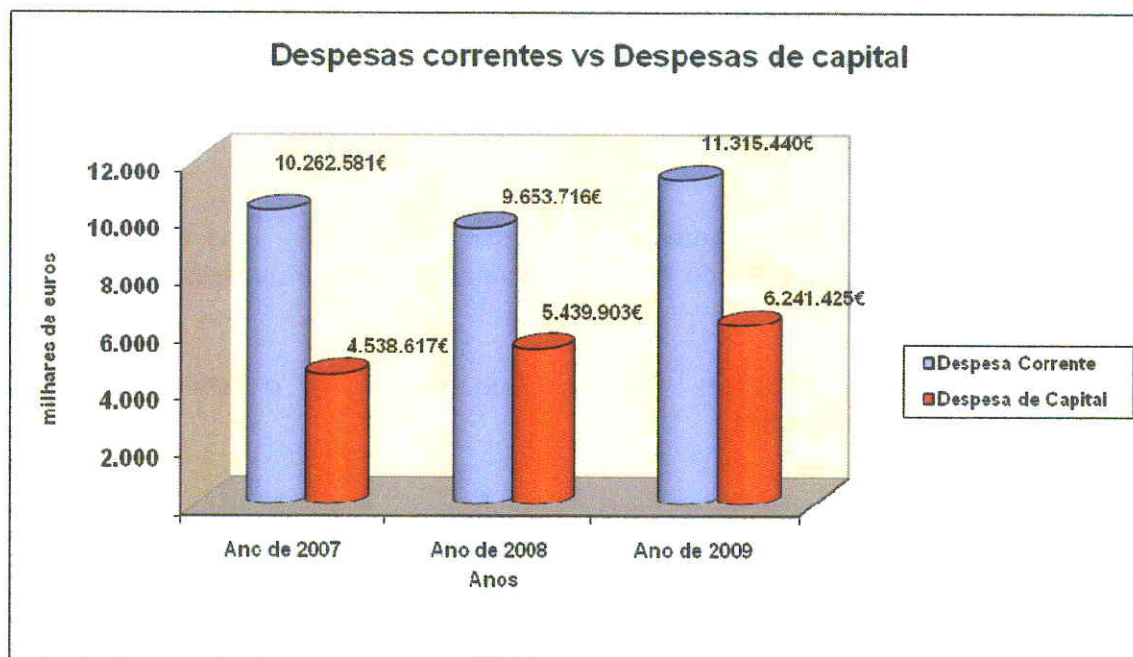
**4.2.3.2.2.1 – Investimento por Residente**

Exercícios Económicos	Montante Executado	Nº de habitantes	Investimento por Residente
2007	4.538.617,46 €	25089	180,90 €
2008	5.439.902,64 €	25153	216,27 €
2009	6.241.424,51 €	25153	248,14 €

Wah  
  
 - 23 -



#### 4.2.3.2.2.2 – Despesas de Capital Vs Despesas Correntes







### 4.3 – Recursos Humanos

#### 4.3.1 – Efectivos

O número médio de funcionários ao serviço de Município no exercício de 2009 foi de 367,58. Este valor é o resultado do acréscimo de funcionários registado a partir de 1 de Março de 2009 com a transferência do pessoal não docente dos Agrupamentos de Escolas de Porto de Mós, Mira de Aire de Alvados, que em 31 de Dezembro totalizava 73 funcionários.

#### 4.3.2 – Evolução do Absentismo

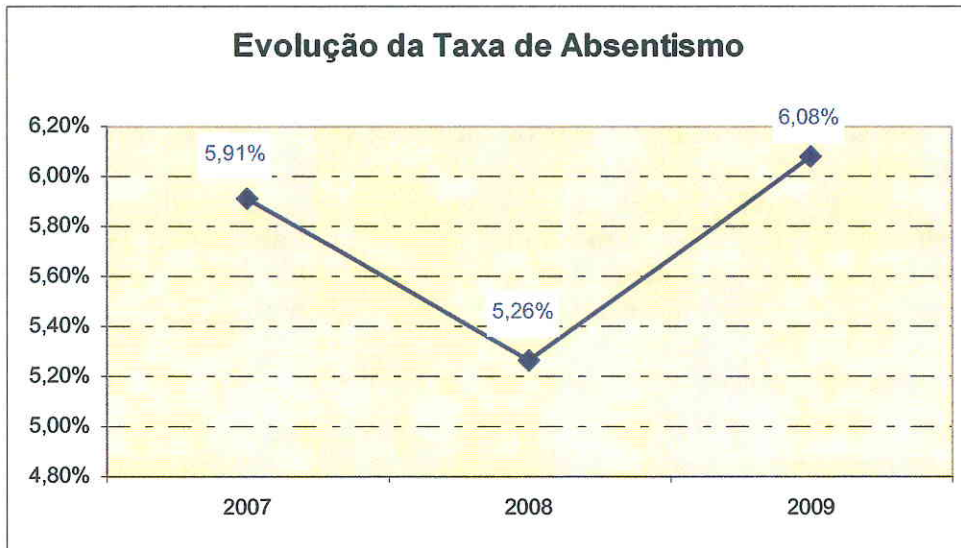
O absentismo registou uma evolução ligeiramente positiva em relação ao exercício transacto, mas mantém-se em valores muito altos, muito por efeito de alguns casos registados de doença prolongada e da permissiva legislação laboral em vigor.

O quadro seguinte evidencia a evolução dos valores registados e as suas causas.

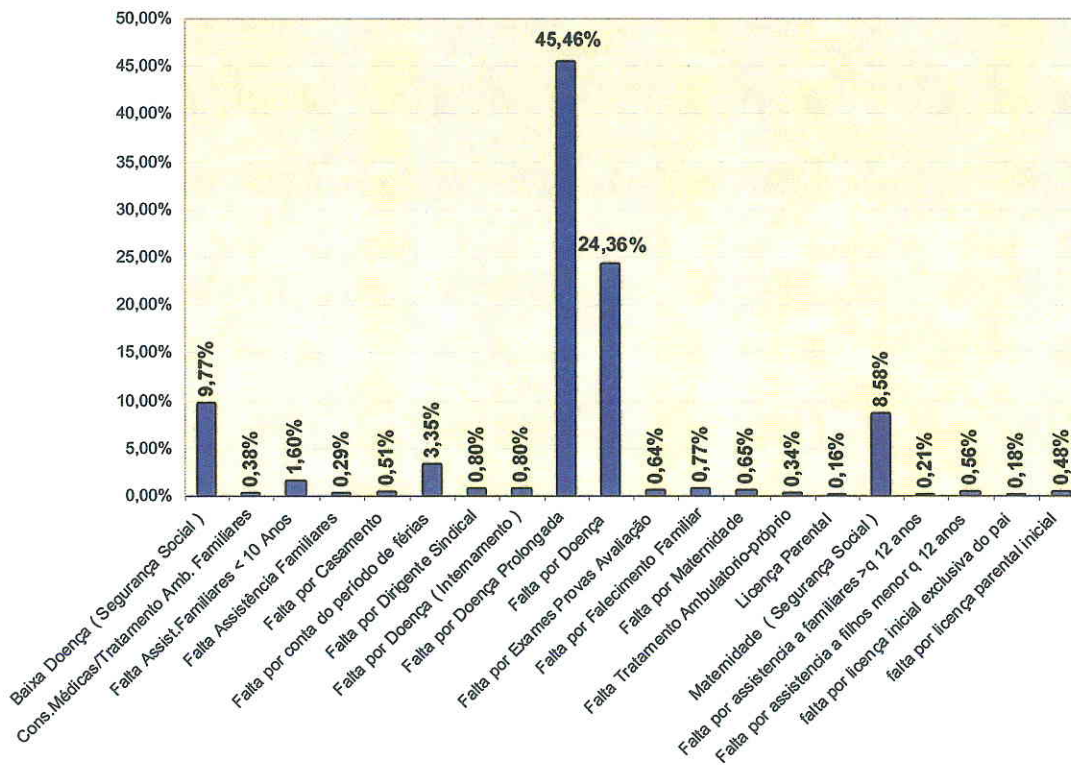


ABSENTISMO								
Tipos de Faltas	2007		2008			2009		
	Nº. Dias	% de Faltas	Nº. Dias	% de Faltas	Var. Faltas 07	Nº. Dias	% de Faltas	Var. Faltas 08
Bx. por Doença (Ssocial)	126	1,16%	203	2,16%	77	612	4,48%	409
Cons.Méd./Trat.A.Famil.	1	0,01%	1	0,02%	0	24	0,18%	23
Assist.Famil.<10 anos	97	0,89%	0	0,00%	-97	100	0,73%	100
Assit. A Familiares	31	0,28%	23	0,52%	-8	18	0,13%	-5
Consultas Médicas	3	0,03%	75	1,70%	72	2	0,01%	-73
Cumprtº. Obrig.Legais	2	0,02%	1	0,02%	-1	1	0,01%	0
Doença - Sangue	0	0,00%	3	0,07%	3	0	0,00%	-3
Ex. Comp. Diagonósticos	1	0,01%	0	0,00%	-1	0	0,00%	0
Injustificadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%	0
Intern. Filhos <10 anos	1	0,01%	0	0,00%	-1	0	0,00%	0
Part.Mesa Eleitoral	1	0,01%	0	0,00%	-1	0	0,00%	0
Por Acid. Serviço	28	0,26%	0	0,00%	-28	0	0,00%	0
Por actividade Sindical	0	0,00%	1	0,02%	1	0	0,00%	-1
Casamento	37	0,34%	33	0,75%	-4	32	0,23%	-1
Por conta per. férias	184	1,69%	178	4,04%	-6	210	1,54%	32
Serviço Sindical	48	0,44%	49	1,11%	1	50	0,37%	1
Doença (intern.Hosp.)	29	0,27%	98	2,22%	69	50	0,37%	-48
Doença Prolongada	2314	21,26%	1.477	33,48%	-837	2846	20,84%	1369
Doença	1498	13,76%	1.546	35,05%	48	1525	11,17%	-21
Exs Povos de Avaliação	92	0,85%	44	1,00%	-48	40	0,29%	-4
Falecimento Familiar	62	0,57%	83	1,88%	21	48	0,35%	-35
Greve	20	0,18%	18	0,41%	-2	2	0,01%	-16
Maternidade ADSE)	87	0,80%	406	9,20%	319	41	0,30%	-365
Nascimento	2	0,02%	0	0,00%	-2	0	0,00%	0
Trat.Ambul.Cons.Exes	3	0,03%	14	0,32%	11	2	0,01%	-12
Falta Tratamento Ambulatorio-próprio	0	0,00%	0			21	0,15%	21
Licença Parental	30	0,28%	0	0,00%	-30	10	0,07%	10
Maternidade (Ssocial)	260	2,39%	158	3,58%	-102	537	3,93%	379
Falta por Consultas Pré-natais	0	0,00%	0	0,00%	0	1	0,01%	1
Falta por assistencia a familiares >q 12 anos	0	0,00%	0	0,00%	0	13	0,10%	13
Falta por assistencia a filhos menor q 12 anos	0	0,00%	0	0,00%	0	35	0,26%	35
falta por licença inicial exclusiva do pai	0	0,00%	0	0,00%	0	11	0,08%	11
falta por licença parental inicial	0	0,00%	0	0,00%	0	30	0,22%	30
<b>Sub Total , sem férias</b>	<b>4957</b>	<b>5,91%</b>	<b>4.411</b>	<b>5,26%</b>	<b>-546</b>	<b>6261</b>	<b>6,08%</b>	<b>1850</b>
Férias ano anterior	14	0,13%	0	0,00%	-14	35	0,00%	35
Férias contratados	717	6,59%	0	0,00%	-717	80	0,00%	80
Férias	5196	47,74%	4.970	52,98%	-226	7278,5	0,00%	2308,5
<b>Totais, inc. férias</b>	<b>10884</b>	<b>12,91%</b>	<b>9.381</b>	<b>11,19%</b>	<b>-1.503</b>	<b>13654,5</b>	<b>13,27%</b>	<b>2423,5</b>
<b>T.Func. Média/Ano (a)</b>	<b>301,16</b>		<b>299,33</b>			<b>367,58</b>		

-26-



### Estrutura dos motivos do Absentismo do ano 2009





### 4.3.3 – Despesas com o Pessoal

As despesas com o pessoal têm sido objecto de muita atenção por parte do Executivo Municipal não só porque são objecto de grande preocupação e controlo por parte da Administração Central, mas também, e sobretudo, porque tem havido uma atenção especial do Executivo admitir custos desta natureza apenas em casos devidamente justificados.

O quadro seguinte revela a evolução das despesas com o pessoal, em todas as rubricas, no triénio de 2007 / 2009, durante o qual se verificou uma certa estabilidade no valor global da massa salarial anual, dado que cerca de 738.473,00 Euros foi o acréscimo resultante do contrato de execução assinado com o Ministério da Educação.

Resumo dos encargos com o pessoal no triénio de 2007/2009.

		2007	2008	2009
<b>0101</b>	<b>Assembleia Municipal</b>			
<b>01</b>	<b>Despesas com pessoal</b>	<b>13.105,82 €</b>	<b>17.328,46 €</b>	<b>14.323,05 €</b>
<b>0102</b>	<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>	<b>12.988,75 €</b>	<b>17.211,39 €</b>	<b>14.204,82 €</b>
010203	Alimentação e alojamento	0,00 €		
010204	Ajudas de custo	0,00 €		
010213	Outros suplementos e prémios	12.988,75 €	17.211,39 €	14.204,82 €
<b>0103</b>	<b>Segurança social</b>	<b>117,07 €</b>	<b>117,07 €</b>	<b>118,23 €</b>
010309	Seguros	117,07 €	117,07 €	118,23 €
<b>0102</b>	<b>Câmara Municipal</b>			
<b>01</b>	<b>Despesas com pessoal</b>	<b>3.810.088,40 €</b>	<b>3.794.189,05 €</b>	<b>4.656.919,79 €</b>
<b>0101</b>	<b>Remunerações certas e permanentes</b>	<b>3.063.739,15 €</b>	<b>3.097.875,55 €</b>	<b>3.819.868,73 €</b>
010101	Titulares órgãos sob. e memb. órgãos autárq.	118.727,62 €	123.482,80 €	133.253,84 €
01010401	Pessoal quadros-Tran. Ant. Nom. Definitiva	1.811.440,14 €	1.813.602,57 €	2.011.410,95 €
01010402	Contrato por Tempo Indeterminado			228.382,95 €
010106	Pessoal contratado a termo	284.085,10 €	305.759,01 €	425.803,14 €
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	52.885,79 €	46.054,44 €	3.492,48 €
010108	Pessoal aguardando aposentação	2.807,43 €	10.584,51 €	9.707,95 €
010109	Pessoal em qualquer outra situação	35.901,38 €	24.881,19 €	21.546,74 €
01010901	Estágios Profissionais			
01010902	Outros			
010111	Representação	30.277,56 €	30.714,56 €	32.876,38 €
010113	Subsídio de refeição	249.318,78 €	250.785,06 €	323.228,13 €
0101130101	Pessoal quadros-Tran. Ant. Nom. Definitiva	182.354,12 €	182.602,34 €	198.441,90 €
0101130102	Contrato por Tempo Indeterminado			27.266,08 €
01011302	Pessoal em qualquer outra situação	62.934,66 €	64.085,05 €	93.075,08 €
01011303	Membros dos órgãos autárquicos	4.030,00 €	4.097,67 €	4.445,07 €
010114	Subsídio de férias e de Natal	392.909,67 €	418.886,62 €	523.632,39 €
0101140101	Pessoal quadros-Tran. Ant. Nom. Definitiva	325.066,59 €	339.558,91 €	390.400,33 €
0101140102	Contrato por Tempo Indeterminado			38.204,91 €
01011402	Pessoal em qualquer outra situação	49.272,70 €	58.635,55 €	72.131,38 €
01011403	Membros dos órgãos autárquicos	18.570,38 €	20.692,16 €	22.895,77 €
010115	Remunerações por doença e mat./paternidade	85.385,68 €	73.124,79 €	106.533,78 €
<b>0102</b>	<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>	<b>80.450,51 €</b>	<b>87.379,53 €</b>	<b>94.219,95 €</b>
010202	Horas extraordinárias	60.886,19 €	64.292,52 €	77.517,56 €
010204	Ajudas de custo	3.410,47 €	2.384,58 €	1.560,04 €
010205	Abono para falhas	1.387,08 €	1.437,72 €	3.400,84 €
010206	Formação	2.184,27 €	725,40 €	
010211	Subsídio de turno	6.788,06 €	5.070,05 €	4.697,77 €
010212	Indemnizações por cessação de funções	1.175,00 €	9.155,64 €	1.800,00 €
010213	Outros suplementos e prémios	4.619,44 €	4.313,62 €	5.243,74 €
<b>0103</b>	<b>Segurança social</b>	<b>665.898,74 €</b>	<b>608.933,97 €</b>	<b>742.831,11 €</b>
010301	Encargos com a saúde	125.409,38 €	60.511,53 €	63.029,97 €
010302	Outros encargos com a saúde	51.904,20 €	44.658,72 €	48.795,78 €
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	30.506,12 €	31.252,47 €	38.316,22 €
010304	Outras prestações familiares	6.423,00 €	6.858,36 €	12.166,67 €
010305	Contribuições para a segurança social	421.404,96 €	432.581,13 €	544.480,81 €
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	342.460,51 €	341.477,17 €	378.065,11 €
01030503	Segurança social-Regime geral	78.944,45 €	91.103,96 €	166.415,70 €
010309	Seguros	30.251,08 €	33.071,76 €	36.041,66 €
	<b>Total das Despesas com o Pessoal</b>	<b>3.823.194,22 €</b>	<b>3.811.517,51 €</b>	<b>4.671.242,84 €</b>



## 4.4 – Apoio Social

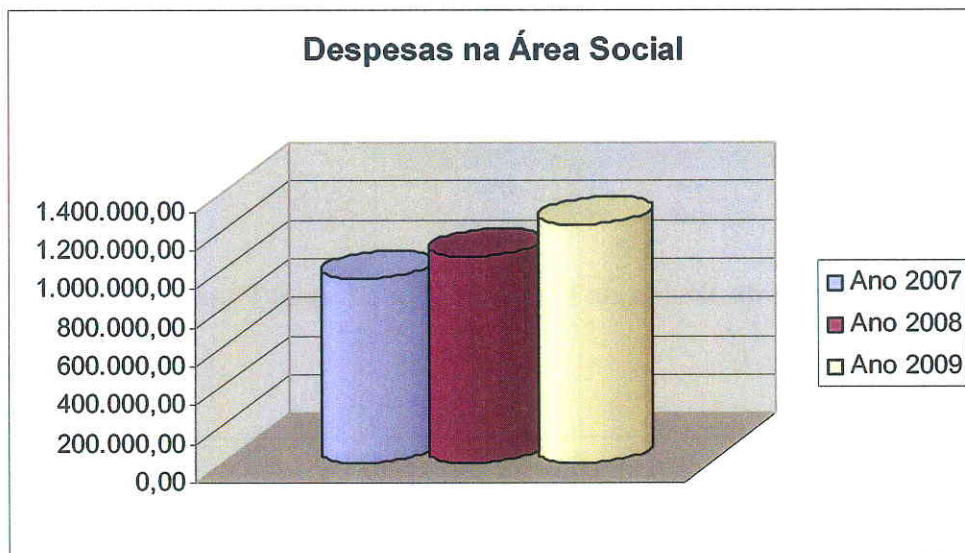
### 4.4.1 – Evolução dos Encargos com o Apoio Social

Os serviços prestados pelo Município de natureza social, são cada vez mais relevantes e têm tido progressivamente um peso cada maior no conjunto das despesas correntes.

Assim, verifica-se que embora se tratem de despesas correntes parcialmente comparticipadas pela Administração Central, designadamente o fornecimento de refeições dos alunos do Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, os prolongamentos de horário e dos encargos com os transportes escolares, registaram em relação ao ano de 2008 um acréscimo de 14,64%.

A prestação destes serviços de apoio à educação, tem sido uma área de intervenção municipal crescente desde 2005. Este aumento de actividade resulta, não só da transferência de novas competências, como também da vontade do executivo em ampliar tais serviços, uma vez que os entende necessários e devidamente justificados.

Todavia, nem todos os apoios prestados pelo Executivo a carenciados residentes no Concelho, têm expressão contabilística específica. Ainda assim, a verba dispendida pelo Município para fins sociais teve uma evolução crescente muito significativa no triénio que terminou em 2009.



Assessor 97.7



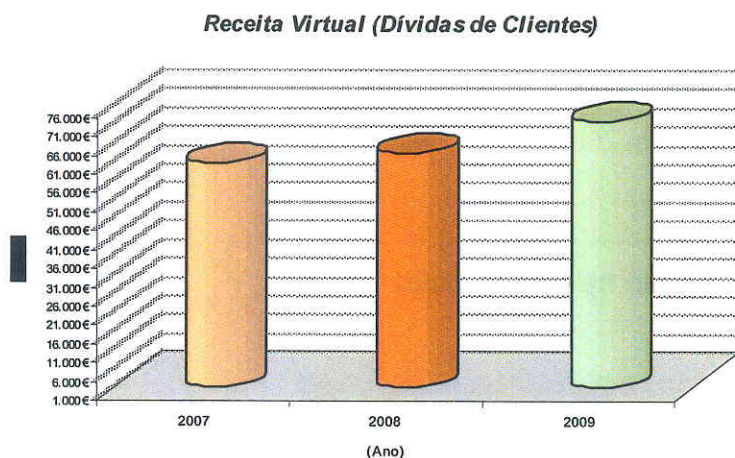
## 5 - ANÁLISE DA DÍVIDA

### 5.1 – Análise da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo

#### 5.1.1 – Evolução da Dívida de Curto Prazo de Terceiros no Triénio de 2007/2009

O Município presta serviços à população, nomeadamente o abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, pelo qual cobra um preço, estabelecido pelo Executivo Camarário. O pagamento desses serviços foi efectuado com uma periodicidade mensal. No entanto, alguns “clientes” / Municipais não cumprem os prazos estabelecidos para o seu pagamento, pelo que o montante da dívida relativa a tais serviços ascidia a 71.266,75 € em 31.12.2009, tendo sofrido um aumento relativamente ao ano 2008 de 12,88%.

O gráfico seguinte mostra a evolução dessa dívida.



#### 5.1.2 – Estrutura e Evolução da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo a Terceiros no Triénio de 2007/2009.

##### 5.1.2.1 – Estrutura da Dívida





## 5.2– Evolução da Dívida no Triénio 2007/2009

### 5.2.1 – Evolução da dívida a Terceiros

Registou-se um, aumento do passivo de longo prazo (empréstimos) em 16,62 %. Este aumento deve-se à utilização de parte dos últimos empréstimos contraídos.

	31-Dez-07	31-Dez-08	31-Dez-09
<b>Dívida Financeira</b>	<b>2.760.054,13</b>	<b>2.926.699,05</b>	<b>3.413.178,88</b>
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	2.760.054,13	2.926.699,05	3.413.178,88
<b>Dívida Operacional</b>	<b>1.371.412,31</b>	<b>3.739.003,56</b>	<b>4.784.048,81</b>
Leasing		174.231,10	319.141,16
Dívida Curto Prazo Fornecedores/Outros	985.798,43	3.131.625,47	3.945.233,96
Operações de Tesouraria (cobrança p/ terceiros)	385.613,88	433.146,99	519.673,69
<b>Total Passivo</b>	<b>4.131.466,44</b>	<b>6.665.702,61</b>	<b>8.197.227,69</b>

#### Notas:

1. O aumento da dívida de ML prazo está directamente relacionado com a utilização de parte dos dois últimos empréstimos contraídos.
2. Para o aumento da dívida de CP a fornecedores também contribuiu o atraso imprevisto na obtenção dos apoios do estado para obras realizadas e candidatas, conforme se refere na página 20 deste Relatório.
3. Operações de tesouraria incluem as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros e as garantias e cauções prestadas.

Concluimos que a Câmara Municipal de Porto de Mós tem cumprido os compromissos assumidos com os seus fornecedores dentro de prazos bastante atractivos.



## 6 – ENVIDAMENTO MUNICIPAL

### 6.1 – Limites ao Endividamento Municipal

A nova Lei das Finanças Locais, regulamentada pela Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro introduz um novo conceito de Endividamento autárquico, e define outros níveis de controlo do endividamento, são eles:

1 – *Endividamento Líquido Municipal*, que como estabelece o nº 1 do artigo 36º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL – Lei das Finanças Locais), “é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros”. Dispõe o nº 1 do artigo 37º da referida Lei, que o montante do endividamento líquido total de cada município, a 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125 % do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector público empresarial local, relativas ao ano anterior;

2 – *Limite Geral dos Empréstimos dos Municípios*, que como estabelece o nº 2 do artigo 39º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL – Lei das Finanças Locais), o montante da dívida de cada município referente a empréstimos de médio e longo prazo não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector público empresarial local, relativas ao ano anterior.

O município que não cumpra os limites acima mencionados, deve reduzir, em cada ano subsequente, pelo menos 10 % do montante que excede o limite violado, sob pena da correspondente redução dos fundos provenientes do FEF.

Assim, de acordo com o disposto na Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL – Lei das Finanças Locais), foram apurados os Limites de Endividamento Municipal para 2009 conforme se demonstra no quadro seguinte.

WG -



**Demonstração do cálculo dos limites ao Endividamento Municipal para 2009**

	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>	<b>Observações</b>
(1)	IMI 2008	1.380.567,90€	Receitas arrecadadas em 2008 por conta de impostos municipais
(2)	IMT 2008	615.176,75€	
(3)	IUC 2008	297.437,37€	
(4)	CA 2008	5667,76€	
(5)	SISA 2008	279,35€	
(6)	Derrama 2008	258.576,02€	Receitas arrecadadas em 2008 a título de derrama sobre IRC
(7)	SEL 2008	7.098€	
(8)	<b>Fundos Municipais OE/2009</b>	<b>6.781.025€</b>	
(9)	<b>Receitas p/ efeitos do Limite de Endividamento</b>	<b>9.345.828,15€</b>	(9) = Somatório de (1) a (8)
(10)	<b>Limite ao Endividamento de C. Prazo</b>	<b>934.582,82€</b>	(10) = 10% x (9)
(11)	<b>Limite ao Endividamento de Médio e Longo Prazos</b>	<b>9.345.828,15€</b>	(11) = 100% x (9)
(12)	<b>Limite ao Endividamento Líquido</b>	<b>11.682.285,19€</b>	(12) = 125% x (9)

**6.2 – Situação Face aos Limites de Endividamento**

A situação face aos limites do endividamento deste Município reportados a 31/12/2009 encontra-se demonstrada no quadro seguinte:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number '97-7'.

**Situação face aos limites ao endividamento municipal para o ano 2009**

	<b>Designação</b>	<b>Montante em 31/12/2009</b>	<b>Observações</b>
(1)	Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos	3.413.178,88€	Saldo credor da conta 2312 - Empréstimos de médio e longo prazos, acrescido do empréstimo na AMAE
(2)	Endividamento Líquido	7.416.598,50€	Corresponde à diferença entre passivos e activos financeiros. Para efeitos deste apuramento, não se consideram as contas 2745, 2749 e 414
(3)	Capital em dívida excepcionado dos Limites de Endividamento	417.663,46€	Nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 61.º da LFL e dos n.º 5 a 7 do art.º33 do OE/2007
(4)	Dívidas à EDP 1988	0,00€	
(5)	Capital em dívida de médio e longo prazos a considerar	2.995.515,42€	(5) = (1) - (3)
(6)	Endividamento Líquido a considerar	6.998.935,04€	(6) = (2) - (3) - (4)

**Verificação do cumprimento dos limites reportado a 31/12/2009**

	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>	<b>Observações</b>
(A)	Endividamento Médio e Longo Prazos ( <b>Capacidade de Endividamento Disponível</b> )	6.350.312,73€	(A) = Limite ao endividamento de médio e longo prazos (nº 2 do artigo 39º da lei das Finanças locais) estabelecido no (11) do quadro nº 1 – (5) do quadro nº 2
(B)	Endividamento Líquido ( <b>Meios Líquidos Libertos</b> )	4.683.350,15€	(B) = Limite legal do endividamento líquido (nº 1 do artigo 37º da lei das Finanças locais) estabelecido no (12) do quadro nº 1 – (6) do quadro nº 2

Da análise dos quadros anteriores verifica-se que o Município de Porto de Mós cumpriu os limites legais impostos.

Para avaliar os efeitos da nova Lei das Finanças Locais, no limite geral dos empréstimos de médio e longo prazos e no endividamento líquido municipal, determinamos a capacidade de endividamento disponível de cada um, reportado aos últimos três anos, e cujos valores se encontram reflectidos nos quadros seguintes.



### 6.3 – Cálculo da Capacidade de Endividamento

**Quadro nº 1 – Limite Geral dos Empréstimos de Médio e Longo Prazos**

Designação	Montante em 31/12/2007	Montante em 31/12/2008	Montante em 31/12/2009
<b>Limite Geral dos Empréstimos do Município de Médio e Longo Prazos</b>	<b>8.883.063,51 €</b>	<b>8.985.620,88€</b>	<b>9.345.828,15€</b>
Divida do Município Referente a Empréstimos de M/L Prazos	2.786.399,01 €	2.926.699,05€	3.413.178,88€
Valor dos Empréstimos não Considerados (Nº6, Art.º39, LFL) – Investimento FEDER	535.162,75 €	490.515,61€	417.663,46€
<b>Capacidade de Endividamento Utilizada</b>	<b>2.251.236,26 €</b>	<b>2.436.183,44€</b>	<b>2.995.515,42€</b>
	<b>25,34%</b>	<b>27,11%</b>	<b>32,05%</b>
<b>Capacidade de Endividamento Disponível</b>	<b>6.631.827,25 €</b>	<b>6.549.437,44€</b>	<b>6.350.312,73€</b>
	<b>74,66%</b>	<b>72,89%</b>	<b>67,95%</b>

**Quadro nº 2 – Endividamento Líquido Municipal**

Designação	Montante em 31/12/2007	Montante em 31/12/2008	Montante em 31/12/2009
<b>Limite ao Endividamento Líquido</b>	<b>11.103.829,39€</b>	<b>11.232.026,10€</b>	<b>11.682.285,19€</b>
Endividamento Líquido Assumido	2.763.399,25€	5.453.161,55€	6.998.935,04€
	<b>24,89%</b>	<b>48,55%</b>	<b>59,91%</b>
Endividamento Líquido Disponível	8.340.430,14 €	5.778.864,55€	4.683.350,15€
	<b>75,11%</b>	<b>51,45%</b>	<b>40,09%</b>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones to the right.

**6.4 – Rácios do Endividamento, Evolução no Triénio de 2007 a 2009**

Indicadores	Ano 2007	Ano 2008	Ano 2009
<b>Endividamento</b> <u>Dívidas a Terceiros (CMLP)</u> Activo Fixo + Activo Circulante	11,94%	17,11%	19,14%
<b>Peso do Endividam. M. e Longo Prazo</b> <u>Dívidas a médio/longo prazo</u> Fundos Próprios	10,87%	10,78%	11,75%
<b>Grau de Depend. M. e Longo Prazo</b> <u>Dívidas a médio/longo prazo</u> Activo Líquido	7,97%	7,51%	7,91%

**6.5 – Prazo Médio de Pagamentos, em Dias**

Considerando o período de 2007 a 2009, podemos observar pelo quadro e gráfico seguintes que o prazo médio de pagamentos subiu ligeiramente durante o ano de 2009, face aos restantes anos. Para apuramento destes valores são relevantes apenas os capítulos: “Aquisição de Bens e Serviços” e “Aquisição de Bens de Capital”. Outros fornecedores integrantes de outros capítulos, não são considerados neste critério.

Capítulos	2007	2008	2009
Aquis. Bens e Serviços	6.185.407,15 €	6.030.378,86 €	6.654.757,67 €
Aquis. Bens de capital	3.756.670,37 €	6.244.382,85 €	7.599.217,49 €
<b>Total</b>	<b>9.942.077,52 €</b>	<b>12.276.769,71 €</b>	<b>14.255.984,16 €</b>
Dívida a fornecedores	951.164,82 €	2.805.012,53 €	3.765.697,29 €
Prazo Médio em dias	35	83	96



## 7 – EXECUÇÃO DAS GOP'S E DO PLANO

### 7.1 – Grau de Execução das Actividades Mais Relevantes

A execução das actividades mais relevantes representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal, ao nível de acções que não resultam na aquisição de bens de investimento, mas são consideradas, pela sua materialidade e ou pela finalidade das mesmas de relevante interesse público para os municípios, tendo uma natureza corrente. O montante previsto para a execução das actividades mais relevantes no exercício de 2009 foi de 5.671.296,00 € e o montante global executado de 4.353.353,69 €, verificando-se um grau de execução de 76,76 %. Para o elevado grau de execução destas actividades assume maior relevância as transferências entre administrações e o apoio a diversas entidades, relevando uma responsabilidade elevada da Autarquia em concretizar as expectativas criadas às mesmas.

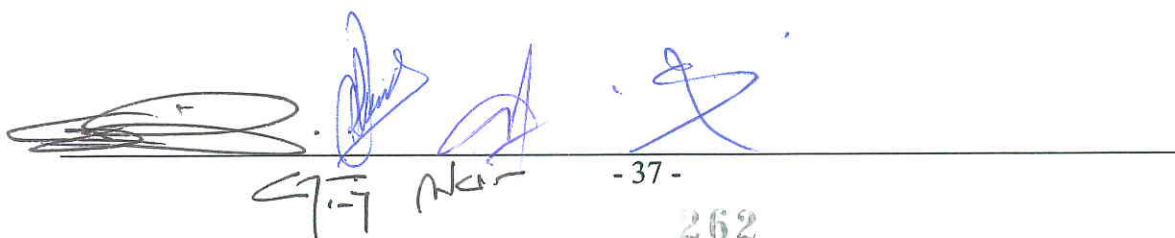
Destacam-se também os gastos com a Educação, que incluem o apoio social às famílias, através do fornecimento de refeições aos alunos do Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, das actividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, bem como os encargos com os transportes escolares.

### 7.2 – Grau de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O valor final do Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2009, espelha o investimento inicial previsto pelo Município, que foi de 11.886.425,48 € e o valor executado de 5.028.953,18 €, verificando-se um grau de execução de 42,31%.

### 7.3 – Resumo das Grandes Opções do Plano

O valor final das Grandes Opções de Plano para o ano 2009 que inclui as alterações e revisões feitas foi de 17.557.721,48 € e o valor executado de 9.382.306,87 €, verificando - se um grau de execução de 53,44 %. O quadro seguinte evidencia a execução total das Grandes Opções de Plano para o ano 2009 por objectivos.



- 37 -

262



Obj/Prog.	Designação das Rubricas	Plano Final	Cabimento	Compromisso	Realizado Total	Pago
<b>1</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>557.755,00</b>	<b>462.364,40</b>	<b>462.364,40</b>	<b>408.778,40</b>	<b>359.494,67</b>
111	Administração Geral	164.755,00	92.260,93	92.260,93	92.260,93	60.307,71
120	Segurança e Ordem Públicas	28.500,00	27.500,00	27.500,00		
121	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	364.500,00	342.603,47	342.603,47	316.517,47	299.186,96
<b>2</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>13.226.281,00</b>	<b>11.009.358,80</b>	<b>10.886.195,30</b>	<b>9.453.360,25</b>	<b>7.115.656,73</b>
210	Educação Jardins Infância	429.750,00	399.975,45	399.975,45	399.975,45	301.080,05
211	Ensino Básico	897.725,00	773.766,18	771.406,30	613.073,56	437.457,02
212	Serviços Auxiliares de Ensino	1.755.450,00	1.536.006,98	1.534.763,36	1.497.418,00	1.207.516,92
213	Ensino Profissional	500,00				
220	Saúde	215.000,00	192.438,89	192.438,89	48.975,16	507,09
232	Acção Social	176.200,00	173.648,34	173.648,34	173.648,34	158.681,00
242	Ordenamento do Território	1.509.529,00	1.174.328,21	1.144.768,21	813.249,86	568.793,53
243	Saneamento	1.608.745,00	820.707,65	820.707,65	627.719,48	454.046,89
244	Abastecimento de Água	1.127.662,00	977.008,48	917.008,48	829.986,14	496.294,63
245	Resíduos Sólidos	1.222.500,00	1.133.016,16	1.133.016,16	1.133.016,16	939.652,33
246	Protecção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	85.400,00	72.835,08	42.835,08	38.563,08	25.747,08
251	Cultura	2.427.000,00	2.255.133,39	2.255.133,39	2.062.834,30	1.482.373,73
252	Desporto, Recreio e Lazer	934.820,00	743.121,84	743.121,84	732.503,04	650.613,60
253	Outras Actividades Cívicas e Religiosas	493.500,00	433.287,25	433.287,25	310.917,20	262.939,55
254	Jardins e Arborizações	342.500,00	324.084,90	324.084,90	171.480,48	129.953,31
<b>3</b>	<b>Funções Económicas</b>	<b>2.877.685,48</b>	<b>2.554.584,27</b>	<b>2.434.584,27</b>	<b>2.052.648,87</b>	<b>1.205.129,62</b>
320	Industria e Energia	376.344,48	305.613,22	185.613,22	170.913,22	153.843,88
330	Transportes e Comunicações	2.430.941,00	2.184.873,54	2.184.873,54	1.834.726,14	1.026.489,43
340	Comércio e Turismo	41.000,00	40.829,74	40.829,74	40.829,74	18.616,54
341	Mercados e feiras	5.000,00	1.907,77	1.907,77	1.907,77	1.907,77
342	Turismo	23.400,00	21.360,00	21.360,00	4.272,00	4.272,00
351	Investimentos Financeiros	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>4</b>	<b>Outras Funções</b>	<b>896.000,00</b>	<b>705.488,54</b>	<b>705.488,54</b>	<b>705.488,54</b>	<b>702.025,85</b>
420	Transferências Entre Administrações	896.000,00	705.488,54	705.488,54	705.488,54	702.025,85
<b>Total</b>		<b>17.557.721,48</b>	<b>14.731.796,01</b>	<b>14.488.632,51</b>	<b>12.620.276,06</b>	<b>9.382.306,87</b>

## 8 – INDICADORES GERAIS DA ACTIVIDADE

### 8.1 – Evolução dos Indicadores da Actividade no Triénio de 2007/2009


Sobre a evolução das contas do Município nos últimos três anos, apresentamos alguns indicadores da gestão e da actividade.

De uma forma geral os indicadores registados em 2009, não podem deixar de se considerar positivos. A maior parte deles representam mesmo a concretização dos objectivos traçados para este exercício, com especial relevância para aqueles que se referem a domínios da gestão da Autarquia em que foi preciso intervir de forma mais firme e decidida, com vista a corrigir uma trajectória que, de forma alguma, poderia



continuar com a tendência verificada em anos anteriores.

RÁCIOS	2007	2008	2009
Receita Total	101,15%	100,14%	100,08%
Despesa Total			
Pessoal	33,64%	33,07%	35,71%
Receitas Correntes			
Despesas Correntes	90,29%	83,75%	86,51%
Receitas Correntes			
Despesas de Capital	126,47%	159,15%	139,62%
Receitas de Capital			
Despesa Total	98,87%	99,86%	99,92%
Receita Total			
Investimento	24,49%	30,91%	28,62%
Receita Total			
Receitas próprias	43,66%	43,33%	43,73%
Receita Total			
Receitas Correntes	75,92%	76,26%	74,44%
Receita Total			
Transferências Correntes	34,05%	33,86%	36,31%
Receita Total			
Transferências Correntes	44,85%	44,40%	48,79%
Receitas Correntes			
Transferências Capital	79,20%	83,62%	77,95%
Receitas Capital			
Despesas Correntes	69,34%	63,96%	64,45%
Despesa Total			
Despesa Capital	30,66%	36,04%	35,55%
Despesa Total			
Despesa Pessoal	25,83%	25,25%	26,61%
Despesa Total			
Aquisição Bens Serviços Correntes	35,98%	31,79%	31,10%
Despesa Total			
Aquisição Bens Serviços Capital	27,77%	30,95%	28,64%
Despesa Total			





## 9 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONOMICA E FINANCEIRA

### 9.1 – Balanço e Demonstração de Resultados

#### 9.1.1 – Balanço

O Balanço demonstra a situação financeira e patrimonial do Município no final do exercício de 2009, comparando-a com a de anos anteriores, e a Demonstração de Resultados destina-se a evidenciar a formação do resultado líquido do exercício, através da análise todos os custos e proveitos incorridos e obtidos ao longo do ano.

Un.:

Euros

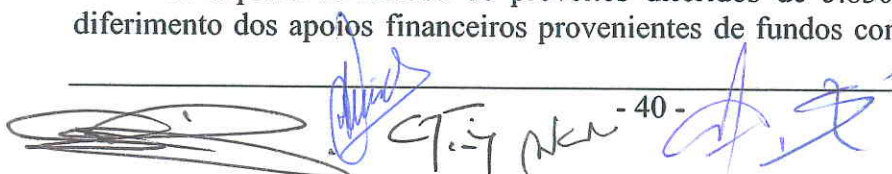
Balanço	2007	2008	2009
<b>Activo</b>	<b>34.634.828,10</b>	<b>38.993.700,61</b>	<b>43.124.382,40</b>
<i>Activo Fixo</i>	<i>32.215.411,34</i>	<i>36.656.976,23</i>	<i>40.803.662,58</i>
• Imobilizado	32.215.411,34	36.656.976,23	40.803.662,58
<i>Activo Circulante</i>	<i>2.387.910,86</i>	<i>2.307.308,18</i>	<i>2.288.314,76</i>
• Existências	1.781.633,50	1.789.174,47	1.665.400,35
• Dívidas de Terceiros	50.872,57	63.862,24	88.728,29
• Disponibilidades	555.404,79	454.271,47	534.186,12
Acréscimos e Diferimentos	31.505,90	29.416,20	32.405,06
<b>Fundos Próprios</b>	<b>25.401.994,98</b>	<b>27.138.420,13</b>	<b>29.045.758,29</b>
• Património	17.236.551,70	17.241.938,72	17.241.938,72
• Reservas	157.399,82	247.571,82	334.123,73
• Resultados Transitados	6.204.603,39	7.917.871,46	9.562.357,68
• Resultados Líquidos	1.803.440,07	1.731.038,13	1.907.338,16
<b>Passivo</b>	<b>9.232.833,12</b>	<b>11.855.280,48</b>	<b>14.078.624,11</b>
<b>Passivo Exigível</b>	<b>4.131.466,44</b>	<b>6.665.702,61</b>	<b>8.248.533,09</b>
• Dívidas a Terceiros – médio e longo prazo	2.760.054,13	2.926.699,05	3.413.178,88
• Dívidas a Terceiros – curto prazo	1.371.412,31	3.739.003,56	4.835.354,21
<b>Passivo Não Exigível</b>	<b>5.101.366,68</b>	<b>5.189.577,87</b>	<b>5.830.091,02</b>
• Acréscimos e Diferimentos	5.101.366,68	5.189.577,87	5.830.091,02

O total do Activo Líquido atingiu em 2009 o montante de **43.124.382,40 €** traduzindo um acréscimo de 10,59% face ao ano transacto, impulsionado essencialmente pelo aumento do Activo Fixo.

Os Fundos próprios tiveram uma evolução positiva e fixaram-se em 29.045.758,29 €, traduzindo uma subida de 7,03% em relação ao ano 2008.

O Passivo Total neste exercício fixou-se em 14.078.624,11 €, o que reflecte uma variação de 18,75 % face a 2008.

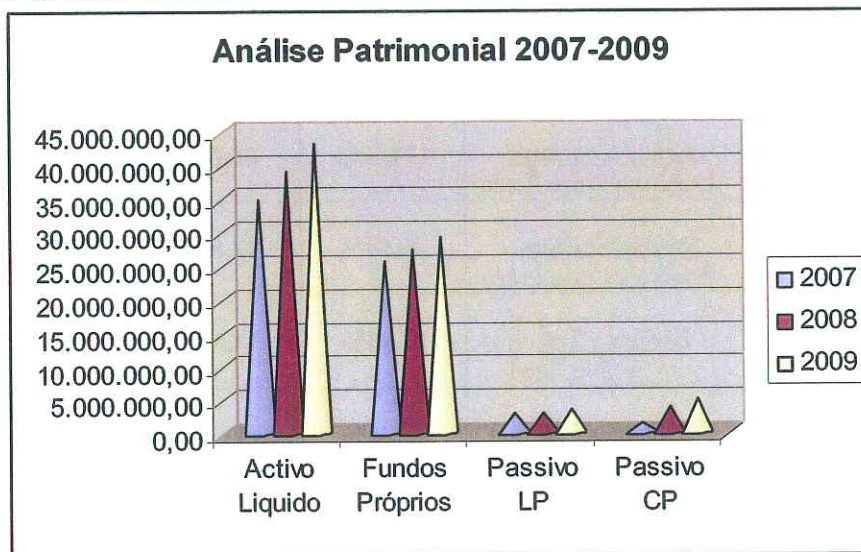
A expressiva rubrica de proveitos diferidos de 5.830.091,02€, diz respeito ao diferimento dos apoios financeiros provenientes de fundos comunitários, que vão sendo

 - 40 -





incorporados nos proveitos de cada exercício económico, em função das taxas de amortização do imobilizado.



### 9.1.2 – Demonstração de Resultados

O Resultado Líquido de Exercício de 2009 totalizou 1.907.338,16 €, o que representa um aumento no montante de 176.300,03 € comparativamente ao ano anterior.

Resumo da Demonstração de Resultados		2007	2008	2009
Resultados Operacionais:	(A)	2.338.319,38	2.150.195,75	2.584.767,46
Resultados Financeiros:	(B)	-70.019,38	-61.604,45	-102.909,78
Resultados Correntes:	(A)+(B)	2.268.300,00	2.088.591,30	2.481.857,68
Resultados Extraordinários:	(C)	-464.859,93	-357.553,17	-574.519,52
<b>Resultado Líq. de Exercício:</b>	<b>(A)+(B)+(C)</b>	<b>1.803.440,07</b>	<b>1.731.038,13</b>	<b>1.907.338,16</b>

### 9.1.3 – Indicadores Económico – Financeiros

Os indicadores de gestão são um instrumento de apoio para sintetizar uma quantidade abundante de dados e comparar o desempenho económico-financeiro de uma edilidade.

De seguida apresenta-se uma breve análise de alguns rácios que evidenciam a posição financeira do Município de Porto de Mós.

*Handwritten signatures and initials, including 'Mário Costa'.*



Indicadores		Ano 2007	Ano 2008	Ano 2009
Rendibilidade Líquida do Activo	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Activo}}$	5,21%	4,44%	4,42%
Liquidez Geral	$\frac{\text{Activo Circulante}}{\text{Passivo a Curto Prazo}}$	174,12%	61,71%	47,32%
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo a Curto Prazo}}$	40,50%	12,15%	11,05%
Índice de Solvência	$\frac{\text{Dividas a Terceiros}}{\text{Activo Total}}$	11,93%	17,09%	19,13%
Índice de Autonomia	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Activo Total}}$	73,34%	69,60%	67,35%

## 9.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

### 9.2.1 – Notas de acordo com o Ponto 8.2 do POCAL.

**Ponto 8.2.1** Não se aplica.

**Ponto 8.2.2** Não se aplica.

**Ponto 8.2.3** Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os que se encontram definidos no POCAL.

Assim:

#### a) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou no caso deste ser desconhecido foram valorizados de acordo com o valor patrimonial atribuído. No que respeita à valorização das estradas municipais, caminhos municipais, vias municipais e alguns parques e jardins, esta resultou da avaliação segundo critérios técnicos adequados à natureza desses bens e efectuados por um técnico pertencente à Câmara Municipal. Durante o ano de 2009 as imobilizações corpóreas foram avaliadas e registadas ao custo de aquisição.

#### b) Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição. O método de custeio das saídas de armazém utilizado é o do custo médio ponderado.

#### c) Amortizações

As amortizações dos activos imobilizáveis foi realizada de acordo com as taxas de amortizações estabelecidas na Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril de 2000 - CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado).

As amortizações do exercício de 2009 correspondem às evidenciadas no mapa das Amortizações e Provisões na coluna reforço e as amortizações acumuladas correspondem no mapa ao saldo final. O valor das amortizações

MCM-



acumuladas a regularizar derivado dos bens abatidos ao inventário está evidenciado no referido mapa na coluna regularizações.

**d) Vendas e Prestações de Serviços**

Os valores incluídos na rubrica vendas e prestação de serviços são representados maioritariamente pela facturação de água.

**e) Outras Prestações de Serviços**

Os valores indicados nesta rubrica resultam essencialmente dos serviços prestados na ligação e restabelecimento à rede de água, no aluguer dos contadores, na execução de ramais, serviços sociais, entre outras.

**f) Fornecimento e Serviços Externos**

Nesta conta foram registados encargos de instalações, trabalhos especializados, conservação e reparação de bens, seguros, entre outros custos decorrentes da actividade da Câmara Municipal.

**Ponto 8.2.4** Não se aplica

**Ponto 8.2.5** Não se aplica

**Ponto 8.2.6** Não se aplica

**Ponto 8.2.7** (ver mapas em anexo – Mapas do “Activo Bruto” e “Amortizações e Provisões”)

**Ponto 8.2.8**

Os Bens do Activo Imobilizado agrupados por grupos homogéneos, bem como o mapa de Bens Imóveis (terrenos, edifícios e outras construções) e de Viaturas, desagregado elemento a elemento, estão reflectidos nos mapas em anexo.

**Subsídios para Financiamento do Imobilizado Corpóreo**

Alguns dos bens inventariados foram financiados.

Os subsídios recebidos para financiamento de aquisições de Imobilizações Corpóreas são registados no Balanço, no passivo, como proveitos diferidos na rubrica acréscimos e deferimentos e reconhecidos anualmente como proveitos extraordinários, (conta 7983 – Transferências de Capital evidenciados na Demonstração de Resultados Extraordinários), proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

**Notas a algumas contas:**

**Imobilizado em Curso**

Existem bens imóveis contabilizados no balanço na conta “imobilizado em curso”, que não foram transferidos para imobilizado dado que ainda não estão registados em nome do município.

**Bens Adquiridos em Estado de Uso**

Não houve no ano 2009 aquisição de bens adquiridos em estado de uso.

**Abates e Transferências de Bens do Activo Imobilizado**

Durante o ano 2009 foram feitas transferências de bens do activo imobilizado entre secções/serviços e abates de alguns bens pertencentes ao Município.





- Ponto 8.2.9** Não se aplica  
**Ponto 8.2.10** Não se aplica  
**Ponto 8.2.11** Não se aplica  
**Ponto 8.2.12** Imobilizações em Poder de Terceiros

Rendimentos de Propriedades do Município		Receita ano 2009			
Entidades Pagadoras	Nº Contribuinte	Terrenos	Edifícios	Habitacões	Outros
Vodafone Portugal Comunicações Pessoais Sa	502544180	4.882,69 €			
Be Towering - Gestão de Torres e Tel. Sa	505664798	4.067,04 €			
TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais	502600268	2.847,24 €			
PECF- Parque Eólico de Chão de Falcão, Lda	505910411				189.123,74 €
EDP - Distribuição de Energia, Sa	504394029				705.025,19 €
Clube de Caça e Pesca Vale do Lena	507410165		550,00 €		
Sousa Carreira e Vala (Esplanada Jardim)	502086815		5.803,96 €		
Bencaça - Clube de Caça de S. Bento	502881860		469,56 €		
Coral Calçada Romana Associação Cultural	507246373				
Sendiga - Clube de Caçadores das Freguesias Serro Ventoso e Mendiga	504881450		316,02 €		
João Pedro Carvalho Ribeiro (Bar da Piscina Municipal)	191818445		5.856,00 €		
Habitacão Social				144,00 €	
<b>Total</b>		<b>11.796,97 €</b>	<b>12.995,54 €</b>	<b>144,00 €</b>	<b>894.148,93 €</b>

**Ponto 8.2.13 Bens de locação financeira**

RUBRICA	DESIGNAÇÃO DO BEM	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	ACTIVO LÍQUIDO
424040104	Veiculo Ligeiro Comercial Nissan Navarra	26.401,80 €	4.909,04 €	21.492,76 €
424040105	Veiculo Ligeiro Passat	30.484,56 €	6.994,35 €	23.490,21 €
424040203	Mini-Autocarro	138.635,10 €	25.796,88 €	112.838,22 €
424040304	Mini-Carregadora	26.160,00 €	5.812,76 €	20.347,24 €

**Ponto 8.2.14 Relação dos Bens do Imobilizado que não foi possível valorizar**

Dada a morosidade de todo o processo de Inventário e avaliação de todos os bens pertencentes ao património do Município de Porto de Mós, não foi ainda possível o levantamento das redes de abastecimento de água do Concelho.

Inventariadas estão as redes de água que vão sendo construídas, ampliadas ou remodeladas, os reservatórios e as estações elevatórias.



Por outro lado existem bens imóveis ainda não incluídos no inventário por não estarem devidamente registados, razão pela qual também não figuraram no Balanço. Anexa-se uma lista dos bens nesta situação.

Existem ainda alguns bens que, por serem muitos antigos, não foram possíveis as suas valorizações. A sua valorização com recurso à avaliação técnica mostra-se injustificada, pelo que os mesmos assumiram o valor zero até que sejam objecto de uma grande reparação para, a partir daí, serem valorizados. Anexa-se uma lista contendo os bens nesta situação.

**Ponto 8.2.15 (Não se aplica)**

**Ponto 8.2.16 Investimentos Financeiros**

Em 31 de Dezembro de 2009 as partes de capital em empresas associadas tinham a composição apresentada no quadro abaixo. Os Investimentos Financeiros estão evidenciados no Balanço na Conta 411 – Partes de Capital.

DESIGNAÇÃO	SEDE	PARCELA DETIDA	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO
Mapicentro - S.A.	Ponte das Mestres Barosa 2400 Leiria	46 Acções	(a)	(a)
Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.	Rua Anzebino da Cruz Saraiva, 318 - 1º G 2400-098 Leiria	16 211 Acções 1,6434%	(a)	(a)
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Aterro Sanitário de Leiria, Quinta do Banco, Parceiros, Apartado 157 2401-971 Leiria	17 320 Acções 4,33%	(a)	(a)
WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Largo Dr. Luís Navega, Edifício Comercial, Piso 1, Loja 7 3780-541 Curia	1 500 Acções 1,95%	(a)	(a)
OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio	Zona Industrial Rua de Espanha, lote 8 Apartado 78 2431-90 Marinha Grande	1 Unidade de Participação	(a)	(a)

(a) até à data os dados não foram comunicados pelas empresas

Em 2009 o Município de Porto de Mós manteve a Garantia Bancária, no montante de 79.082,61€, prestada a favor da SIMLIS - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, SA..

**Ponto 8.2.17 Não se aplica**

**Ponto 8.2.18 Não se aplica**

**Ponto 8.2.19 Não se aplica**

**Ponto 8.2.20 Não se aplica**

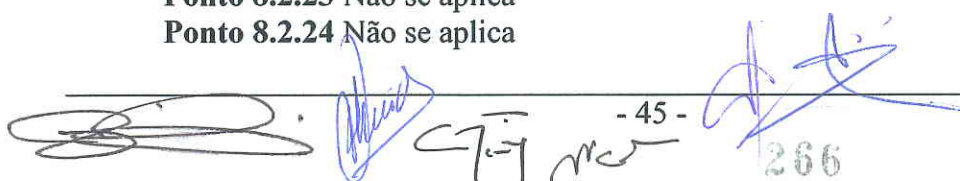
**Ponto 8.2.21 Não se aplica**

**Ponto 8.2.22 Dívidas de Terceiros**

As dívidas de terceiros correspondem sobretudo a receitas de água não cobradas e virtualizadas. Não foram constituídas provisões para cobrança duvidosa dado que consideramos que não foram feitos todos os esforços de cobrança, pelo que o risco de incobabilidade não está ainda devidamente justificado.

**Ponto 8.2.23 Não se aplica**

**Ponto 8.2.24 Não se aplica**





**Ponto 8.2.25** Não se aplica

**Ponto 8.2.26** (Ver mapa em anexo – Mapa “Contas de Ordem”)

**Ponto 8.2.27** (Ver mapa em anexo – Mapa “Desdobramento das Conta de Provisões Acumuladas)

**Ponto 8.2.28** Não se aplica

**Ponto 8.2.29** (Ver mapa em anexo – Mapa “Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas”)

**Ponto 8.2.30** Não se aplica

**Ponto 8.2.31** Demonstração dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros do exercício de 2009 têm a composição evidenciada no mapa “Demonstração de Resultados Financeiros”.

**Ponto 8.2.32** Demonstração dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários do exercício de 2009 têm a composição evidenciada no mapa “Demonstração de Resultados Extraordinários”.

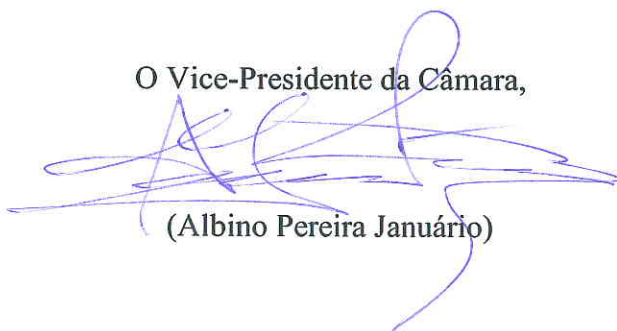
## 10 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido apurado no Exercício do ano 2009 foi de 1.907.338,16 €. Nos termos do disposto no ponto 2.7.3. do POCAL, propõe-se:

- Que 5% desse montante seja transferido para a conta de “Reservas Legais”;
- Que o valor remanescente seja transferido para a conta de “Resultados Transitados”.

Porto de Mós, 12 de Abril de 2010.

O Vice-Presidente da Câmara,



(Albino Pereira Januário)

